

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

FERNANDA PEREIRA DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR NO CERRADO GOIANO: ESTUDO DE CASO DA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COOPERATIVA COOPERAFI NO
MUNICÍPIO DE ITAPURANGA- GO

GOIÂNIA – GOIÁS

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)
FERNANDA PEREIRA DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR NO CERRADO GOIANO: ESTUDO DE CASO DA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA COOPERATIVA COOPERAFI NO
MUNICÍPIO DE ITAPURANGA- GO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira.

GOIÂNIA – GOIÁS

2018

Catálogo na fonte: Biblioteca FADISP

S586a Silva, Fernanda Pereira da

Agricultura familiar no cerrado goiano: estudo de caso da transição agroecológica na cooperativa Cooperafi no município de Itapuranga - GO. / Fernanda Pereira da Silva – 2018.

98 fls; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2018.

Orientador (a): Prof. Dr. Guilherme Resende Oliveira

Inclui bibliografia

CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MDR)

FERNANDA PEREIRA DA SILVA

AGRICULTURA FAMILIAR NO CERRADO GOIANO:
Estudo de Caso da Transição Agroecológica na Cooperativa Cooperafi no Município de
Itapuranga- GO

Dissertação apresentada para defesa em ----/-----/-----, tendo
sido considerada () Aprovada- () Reprovada pela Banca Examinadora.

Goiânia, ----- de fevereiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Resende de Oliveira
(Professor Orientador)

Prof. Dr. Alcido Elenor Wander
(Professor Convidado- UNIALFA)

Prof. Dr. Cleyzer Adrian da Cunha
(Professor Convidado externo – UFG)

RESUMO

A importância crescente da agricultura familiar em Itapuranga, município do Estado de Goiás tem estimulado novas abordagens na busca de agrossistemas sustentáveis, assim como a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas. Nesse sentido, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos naturais. O objetivo dessa pesquisa realizada no período de 2016 a 2018 é analisar os avanços, benefícios e dificuldades da transição agroecológica do sistema de produção de frutas e hortaliças dos agricultores familiares de Itapuranga vinculados à cooperativa cooperafi, bem como os custos de implantação do cultivo convencional e agroecológico e a rentabilidade adquirida com a prática agroecológica. A metodologia utilizada está fundamentada ao estudo de uma combinação de métodos, utiliza-se da pesquisa bibliográfica e técnicas de pesquisa para o levantamento de dados de campo como: questionário, entrevistas e observação. De acordo com os resultados é perceptível a satisfação dos que trabalham com as práticas agroecológicas, os que investiram em mão de obra e assistência técnica e que por sua vez possuía de 15 (ha) a mais de terras concordam que suas receitas aumentaram muito embora tivessem dificuldades para dar continuidade aos projetos devido à ausência do apoio técnico após a finalização dos projetos. Durante a execução a assistência técnica foi apontada como um problema devido a muita rotatividade de pessoal e a mudança de assistente, cada um fazia de uma forma e os tratavam de maneiras diferentes. Os agricultores afirmam que a cooperativa teve papel fundamental para a conquista e liberações do PRONAF e contemplações de projetos, foi responsável pela reprodução social desses agricultores familiares e por inseri-los ao mercado produtivo. Por essa razão, por contarem sempre com o apoio da cooperativa que os agricultores familiares que trabalham com agroecologia se viram excluídos com a atual gestão que praticamente eliminou tais práticas da cooperativa e esse fato foi o que ocasionou a saída de muitos da cooperafi. Mesmo com tantos percalços o agricultor que trabalha com o sistema agroecológico se sente encorajado a continuar nesse caminho e aperfeiçoar seus processos mesmo sem o apoio da cooperativa. Conclui-se que através dos projetos de extensão agroecológica é possível ver consolidado e fortalecido os experimentos nas propriedades estudadas e constatar que seus resultados (redução no uso de insumos químicos e agrotóxicos, melhores práticas de manejo e de cuidado com o solo, etc.) são fatos comprovados do funcionamento dos processos agroecológicos e que apesar das limitações, a transição desenvolvida em Itapuranga representa um potencial de sustentabilidade da agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar, Agroecologia, Cooperativismo

ABSTRACT

The growing importance of family farming in Itapuranga, a municipality of the State of Goiás has stimulated new approaches in the search for agro-systems sustainable, as well as the conservation and expansion of biodiversity of agricultural systems. In this sense, agroecology adopts the basic principles to be less dependent as possible on external inputs and the conservation of natural resources. The goal of this dissertation is to analyze the advances, benefits and difficulties of the transition agro-ecological production system of fruits and vegetables of the farmers in Itapuranga linked to the cooperative cooperafi. The methodology used is based on the study of a combination of methods, the use of bibliographic research and research techniques for collection of field data such as: questionnaire, interviews and observation. According to the results it is noticeable the satisfaction of working with the agro-ecological practices, which have invested in manpower and technical assistance and that in turn had a 15 (ha) and more land agree that its revenues increased even though they had difficulties to give continuity to the projects due to the lack of technical support after the completion of the projects. During the execution of the technical assistance was cited as a problem due to a lot of staff turnover and the change in the wizard, each one made of a way and treated in different ways. The farmers claim that the cooperative played a key role for the achievement and release from PRONAF and contemplations of projects, was responsible for the social reproduction of these family farmers, and by inserting them to the market productive. For this reason, count always with the support of the cooperative that the farmers who work with agro-ecology were excluded with the current management that has practically eliminated such practices of the cooperative, and this fact was the cause of the output of many of the cooperafi. Even with so many mishaps, the farmer who works with the agro-ecosystem feels encouraged to continue on this path and refine your processes even without the support of the cooperative. It is concluded that through the projects of agro-ecology extension it is possible to see consolidated and strengthened the experiments in the properties studied, and find that their results (reduction in use of chemical inputs and pesticides, best management practices, and care of the soil, etc.) these are facts proven in the functioning of the processes, agro-ecological, and that despite the limitations, the transition developed in Itapuranga represents a potential for sustainability of family farming.

KEY WORDS: Family Agriculture, Agroecology, Cooperative

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Financiamentos do Governo Federal	55
Gráfico 2 - Benfeitorias Existentes na Propriedade Rural	56
Gráfico 3 - Dificuldades Relacionadas ao Manejo da Produção Agroecológica	58
Gráfico 4 - Os agricultores familiares possuem um público específico para a comercialização dos produtos.	66
Gráfico 5 - Foi à cooperativa quem introduziu o projeto de agroecologia junto aos agricultores familiares.	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimento e área da agricultura familiar 2006.	16
Tabela 2 - Informações da Agricultura Familiar em Goiás, 1985, 1995/96 e 2006.	17
Tabela 3 - Indicadores de Produtividade da Agricultura Familiar no Estado de Goiás, 2006.	18
Tabela 4 - Evolução da Pecuária e Produtos de Origem Animal de Itapuranga - GO	22
Tabela 5 - Evolução da Produção Agrícola Tradicional de Itapuranga - GO	22
Tabela 6 - Agricultura Familiar- Itapuranga	23
Tabela 7 – Principais Cultivos Agroecológicos em Itapuranga	57
Tabela 8 – Principais Técnicas Agroecológicas em Itapuranga	58
Tabela 9 - Principais atividades produtivas em Itapuranga	59
Tabela 10 - Custo de implantação de um hectare de mamão em cultivo convencional	60
Tabela 11 - Custo de implantação de um hectare de mamão em cultivo agroecológico	60
Tabela 12 - Custo de implantação de um hectare de banana em cultivo convencional	61
Tabela 13 - Custo de implantação de um hectare de banana em cultivo agroecológico	62
Tabela 14 - Custo de implantação de 0,5 hectares de horticultura (alface e couve) em cultivo convencional	63
Tabela 15 - Custo de implantação de 0,5 hectares de horticultura (alface e couve) em cultivo agroecológico	64
Tabela 16 - Participação da agroecologia na composição da renda	65
Tabela 17 - Faixa de renda (salários mínimos)	65
Tabela 18 - Gestão cooperativista participativa e eficiente	68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI- Aliança Cooperativa Internacional

APRECORT- Associação dos Produtores e Produtores Rurais do Córrego das Telhas.

BNCC- Banco Nacional de Crédito Cooperativo

CMDRS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

COOPERAFI - Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga

CREA- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FETAEG- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás

FNDE- Fundo Nacional da Alimentação Escolar

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IMB- Instituto Mauro Borges- Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE- Organização Estadual de Cooperativas

ONU- Organização das Nações Unidas

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PIB- Produto Interno Bruto

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRAFICAR- Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEGPLAN-GO - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás

SEPLAN- GO- Secretaria de Estado de Planejamento de Goiás

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SSA- São Salvador Alimentos.

RECOOP- Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras

UFG- Universidade Federal de Goiás

UNICAFES- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Goiás

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Problema e sua importância.....	11
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.4 Estrutura do trabalho.....	13
2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS E NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA.....	15
2.1 Agricultura Familiar no Estado de Goiás.....	15
2.2 Agricultura Familiar e o Município de Itapuranga-GO.....	20
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
3.1 Agricultura Familiar.....	25
3.2 Desenvolvimento Local e Regional.....	32
3.2.1 Desenvolvimento Local e o Mercado.....	34
3.3 Produção Local.....	35
3.4 O Agronegócio na Agricultura Familiar.....	35
3.5 Agroecologia e Sistemas Agroecológicos.....	37
3.5.1 A Transição Agroecológica.....	40
3.5.2 A Transição Agroecológica no Município de Itapuranga.....	42
3.6 Definição, Conceitos Classificação das Cooperativas.....	43
3.6.1 O Cooperativismo Agropecuário.....	48
3.6.2 Cooperativismo: Relação com o Estado.....	49
3.6.3 COOPERAFI - Cooperativa dos Produtores Familiares de Itapuranga- GO	50
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	52
4.1 Universo da Pesquisa, Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados.....	52
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	55
5.1 Análise e Discussão dos Dados Referentes aos Agricultores que Participaram da Transição Agroecológica e Permanecem Utilizando as Práticas e os Agricultores Desistentes.....	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXOS.....	82

1. INTRODUÇÃO

A expressão agricultura familiar no Brasil é recente, surgiu nos anos 1990 e por esta razão a discussão teórica e política vêm avançando sobre quem é considerado agricultor familiar, qual a sua importância e o seu papel no desenvolvimento local e para a segurança alimentar. A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda.

Entretanto, a agricultura familiar tem sido foco de inúmeras discussões na atualidade, pois em um espaço tomado pelas grandes lavouras monocultoras do agronegócio, os pequenos agricultores ainda conseguem manter-se e contribuem para abastecer o mercado consumidor.

A agricultura familiar é constantemente lembrada pela sua importância na geração de emprego e pela produção de alimentos, principalmente para o autoconsumo. Assim, as funções de caráter social são mais valorizadas do que as de caráter econômico. Além disso, a produção familiar é um importante fator redutor do êxodo rural e uma fonte de recursos para as pessoas com menores rendas, promovendo uma maior qualidade de vida. Como demonstrado pela FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura / INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (1994)

O modelo familiar teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

Apesar de a agricultura familiar desempenhar um papel muito importante, desde a década de 1950, o campo brasileiro vem sofrendo inúmeras transformações promovidas pela modernização da agricultura. As principais áreas irrigadas foram tomadas pelas grandes plantações do agronegócio, que visam uma maior produção e aumento do capital.

A agricultura brasileira a partir de meados da década de 1970 passou por processos de transformação da base tecnológica com a modernização do agronegócio e o crescimento do setor agrícola. Em virtude desse processo ocorreram algumas transformações sociais no ambiente rural tais como, a concentração da renda rural e o aumento das desigualdades e da exclusão no campo. Essa transformação social e econômica possibilitou aos agricultores

um papel de destaque no ambiente rural brasileiro, visto que esse crescente fomento na produção agropecuária geram empregos rurais e urbanos. O crédito é o motor da economia e o agronegócio vem se beneficiando com linhas específicas, a taxas de juros controladas, e com medidas emergenciais de suporte para os efeitos da crise financeira mundial (MENDONÇA; PINHEIRO, 2008).

Algumas pequenas famílias ficaram de fora deste contexto e das estatísticas mencionadas acima, pois sobre o que era produzido, não se conseguia preços justos ou ainda eram obrigados a entregar a safra para terceiros a fim de pagar dívidas contraídas para fazer seu plantio. O cenário apresentado da agricultura familiar é desolador, afinal, poucos conseguiam diversificar suas propriedades com outras culturas, ou então acabavam vendendo suas terras e partindo para as cidades, dando início ao um êxodo rural desordenado. Por muito tempo o pequeno agricultor ficou à mercê de políticas públicas que valorizassem o homem do campo e de incentivos para fomentar a pequena propriedade.

Mas uma nova visão cooperativista do século XX adentra ao espaço rural e as famílias começam um novo ciclo, passaram a unir-se nesse sistema associativo no qual pessoas livres se unem, somando suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas economias, no intuito de evoluírem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida e, igualmente, beneficiando a sociedade por meio do aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito. Ao buscarem soluções em conjunto, evoluem para decisões mais definitivas, aperfeiçoando a parceria, inicialmente informal, para uma forma de união organizada e associativa, onde teriam maiores chances de sucesso. Para tanto, a participação democrática e a ajuda mútua são os princípios fundamentais, sem os quais as associações perdem sua razão de existir, já que defendem os interesses e anseios da maioria. O que se percebe no meio rural são as relações de amizade, parentesco, lealdade, vizinhança, entre outros, contribuem para a formação da empresa rural, pois, são relações interpessoais que são necessárias, mas não suficientes para consolidar alianças intersociais para que certas facilidades possam ser facultadas aos que não têm acesso. E mostrar a importância do homem do campo para a economia fez o governo olhar para esta classe.

Assim, criaram-se políticas de incentivo para minimizar e restaurar esta lacuna existente com programas de incentivos para a agroindústria, e linhas específicas visando atender esta demanda. Um dos pilares é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído pelo Governo Federal em 1996, a principal política pública destinada a apoiar os agricultores familiares. O crédito rural, mal utilizado, pode aumentar a dependência dos agricultores, endividando-os, e a consequência é que alguns

acabam perdendo o pouco de terras que ainda possuíam. Por outro lado, estudos desta natureza permitem orientar a seleção de políticas públicas (extensão rural, crédito rural, pesquisa, ensino, etc.) compatíveis com as necessidades locais. Basta identificar a estrutura dos indicadores e seu peso relativo na composição do capital social e tentar melhorar a desempenho daqueles com menor participação relativa.

Por serem pequenos proprietários, em que os próprios integrantes da família geram e trabalham no campo, tirando o seu sustento; os agricultores familiares superam muitas dificuldades para manterem-se no campo, pois tem que enfrentar a concorrência com grandes produtores e não possuem investimentos suficientes para manterem suas lavouras.

Como uma saída alternativa para a agricultura familiar, alguns agricultores do Município de Itapuranga, município situado a cerca de 170 km da capital do Estado de Goiás, começaram a fazer parte de alguns projetos de transição agroecológica. São práticas que trabalham com o solo vivo e não usam agrotóxicos em suas lavouras, como contribui Primavesi (2009, p. 32), “Na agroecologia nós trabalhamos com o solo vivo e é o solo que tem que produzir não a química.” A agroecologia produz sanando as necessidades e buscando uma interação entre os seus agentes, ‘tendo a floresta como modelo de sabedoria da natureza. A Agroecologia surge como uma ciência capaz de conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade das pessoas nela inserida, oportunizando benefícios para o meio ambiente como: fertilidade do solo, reciclagem de nutrientes, conservação da biodiversidade, etc.

Os agricultores procuraram associar-se em cooperativas, como é o caso de alguns agricultores do município de Itapuranga, que formaram a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI), onde se uniram para melhorar suas necessidades socioeconômicas e procurar formas de superar as dificuldades encontradas. Pretende analisar como os agricultores familiares geram seus empreendimentos, ou seja, que mecanismos criam para competir com o sistema mercadológico convencional, trabalhando com a autogestão, a agroecologia e a ajuda mútua. É importante entender como eles se organizam dentro da cooperativa e como as práticas agroecológicas os ajudam a conseguirem uma melhor qualidade de vida e maior competitividade no mercado consumidor.

1.1. Problema e sua importância

Interpretando cientificamente, “problema é qualquer questão não solvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento” (GIL, 1999, p.49). De forma simplificada, problema é uma questão que a pesquisa pretende responder. Com base nesta

compreensão, o problema que se busca solucionar na presente investigação pode ser assim formulado: Quais fatores determinaram e determinam atualmente o estancamento das práticas agroecológicas na Cooperafi pelos agricultores familiares?

A importância do tema se deve à existência de lacunas entre os agricultores familiares, cooperativa e projetos agroecológicos, o que justifica a realização de estudos visando buscar alternativas para o problema visto que de cento e vinte (120) famílias que faziam parte da agricultura familiar com o intuito de reestruturar sistemas de produção de frutas e hortaliças dentro de uma visão agroecológica, somente quatro (4) famílias permaneceram nesse sistema.

Este trabalho é relevante porque vai permitir conhecer os avanços e benefícios dos agricultores da Cooperafi, bem como as suas dificuldades e necessidades com o cultivo agroecológico. Justifica também o estudo a importância oportuna dos agricultores e a cooperativa receberem um conjunto de sugestões para melhorar as práticas agroecológicas com a produção de frutas e hortaliças. A mudança é uma quebra de paradigmas como da agricultura convencional para os métodos agroecológicos de preparação dos solos e cultivos.

O desenvolvimento deste estudo fundamenta-se em considerações que podem ser dissociadas, a relevância prática e a teórica. Na relevância prática, esse trabalho proporcionará o avanço das experiências desenvolvidas a partir das práticas agroecológicas na agricultura familiar. Estudar a gestão da cooperativa associadas às necessidades dos agricultores proporcionará aos agricultores uma análise específica do ambiente e um planejamento e planos de ação onde poderão estar trabalhando com mais cooperados nos projetos agroecológicos. Esperamos que esta pesquisa de alguma forma contribua para o meio acadêmico através de pesquisas sobre a agricultura familiar sobre o aspecto agroecológico e também a relação do cooperativo e sua importância para o agricultor desenvolver suas atividades em conjunto. Assim, a relevância teórica desta dissertação proporcionará o avanço do conhecimento científico no que tange a configuração das práticas da agroecologia e ações das cooperativas voltadas à agricultura familiar.

1.2 Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Compreende-se como objetivo geral da presente pesquisa analisar os avanços, custos, rendas, benefícios e dificuldades da transição agroecológica dos agricultores na Cooperativa Cooperafi.

1.2.2 Objetivos Específicos

Considerando-se como objeto de estudo os agricultores familiares, suas práticas agroecológicas e em conjunto o trabalho da cooperativa, esta pesquisa busca compreender como os agricultores familiares desenvolvem suas práticas agrícolas com os sistemas de cooperativas, como criam seus mecanismos de gestão, controle, financiamento e produção. Também busca compreender como o cooperativismo está contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar e como as práticas da agroecologia auxiliam na produção e na sustentabilidade das práticas agrícolas no bioma Cerrado.

Desta maneira, no sentido de fornecer as bases para a resolução do problema de pesquisa definido, os objetivos específicos da presente análise são:

- 1 - Analisar os avanços, benefícios e dificuldades da transição agroecológica do sistema de produção de frutas e hortaliças.
- 2 - Analisar custos de implantação do cultivo convencional e do cultivo agroecológico, bem como a rentabilidade adquirida com a prática agroecológica.
- 3 - Conhecer as dificuldades e necessidades para desenvolver a transição agroecológicas dos agricultores na Cooperafi.

1.3. Estrutura do trabalho

Dessa forma, a pesquisa está segmentada em seis partes que foram realizadas conforme os estágios construtivos, com o propósito de viabilizar o melhor acompanhamento das diversas etapas e dos objetivos e dos resultados da investigação. O primeiro capítulo é a introdução, que explana todos os delineamentos do trabalho, procurando demonstrar os objetivos do estudo e a questão que se almeja responder com a presente investigação.

No segundo capítulo são apresentados aspectos relevantes da agricultura familiar em Goiás e no município de Itapuranga, assim como a relevância da agricultura familiar e a sua relação com o desenvolvimento econômico do município. Neste mesmo ponto serão apresentadas características e dados do perfil socioeconômico municipal e regional.

No terceiro capítulo, denominado fundamentação teórica, apresentam-se assuntos pertinentes ao tema, como agricultura familiar, agroecologia, cooperativismo, agronegócio e outros, destacando os autores contemporâneos a que se associa a presente investigação e outros pensadores que fazem parte do desenvolvimento da contextualização teórico da pesquisa.

No quarto capítulo foi delineada a parte metodológica de execução do estudo. A apresentação, a contextualização e dados sobre o município de Itapuranga - Goiás. A abordagem metodológica adotada pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa exploratória que se utilizará do estudo de caso para a realização da pesquisa de campo, como instrumento de coleta de dados questionários estruturados e entrevistas não estruturadas. Será utilizada a técnica de amostragem por conveniência.

O quinto capítulo apresenta a análise dos dados com embasamentos necessários do assunto. Os dados da pesquisa são apresentados, além dos resultados da coleta de dados submetidos à luz da teoria. Nesta altura são discutidas, analisadas e avaliadas as informações levantadas no processo de pesquisa a respeito da relação entre agricultura familiar com as práticas agroecológicas e o trabalho da cooperativa Cooperafi junto aos agricultores familiares de Itapuranga.

Por fim, o sexto e último capítulo, o qual foi intitulado de considerações finais, enseja-se repensar todo o processo de investigação, discutindo e comentando os resultados apontados pelos dados levantados pela pesquisa e ensaia-se responder, nos limites de uma dissertação à questão norteadora do presente estudo.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS E NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE GOIÁS

De acordo com dados da secretaria de gestão e planejamento, SEGPLAN-GO (2015), o estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste, possui 246 municípios, com uma população de 6.154.996, o que representa 3,17% do universo populacional do Brasil nona economia brasileira com um Produto Interno Bruto – (PIB) - de R\$ 173,632 bilhões (2015), que representa 2, 9% do PIB nacional. A agropecuária é uma importante atividade para Goiás, uma vez que participa com aproximadamente 12,3% da renda gerada no estado. Desse total, aproximadamente 7,8% advêm da agricultura. Com essa força, o estado ocupa o em 4º lugar no ranking nacional da produção de grãos sendo que as principais culturas goianas são: soja, milho e cana-de-açúcar. O Estado de Goiás possui cerca de 88.436 agricultores familiares, conforme a lei 11.326/2006, correspondendo a 65% dos estabelecimentos agrícolas do Estado. É um setor que tem crescido no Estado embora se deparem com várias dificuldades e diante delas encontram formas de driblar a crise diversificando suas culturas juntamente com a pecuária leiteira. Com a finalidade de reconhecer formalmente este segmento, o governo federal, criou e aprovou a lei federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem

reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluído os garimpeiros e faiscaadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006).

A Lei 11.318 de 5 de julho de 2006 define como desafio da segurança alimentar “combater a fome visando a sua erradicação e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo o caráter de inserção e cidadania”, pois, segundo a referida lei, “a fome que subsiste no País é, essencialmente, uma questão de limitação no acesso aos alimentos, decorrentes das dificuldades de acesso a terra, ao trabalho e ao emprego”.

A criação de um método legal voltado para uma divisão, mesmo que diversificado, faz parte de um esforço do Estado em reconhecer um grupo social e produtivo do meio rural, na tentativa de inseri-lo no mercado, criando políticas públicas específicas no campo como crédito da produção, comercialização, etc. de forma que crie condições para que serviços básicos como energia elétrica, educação e saúde cheguem até o campo, na perspectiva de criar condições mínimas para que possam atuar no mercado formal com todas as implicações que isso exige. No estado Goiás a agricultura familiar tem sua produção comercial focada na bovinocultura leiteira, pois o leite é um produto que tem uma cadeia de comercialização consolidada (PIB GOIÁS, IMB 2015). Embora o Estado de Goiás permaneça em um quadro favorável com a pecuária leiteira, a agricultura é um setor que está conseguindo se fortificar em relação à agricultura familiar.

Podemos observar no quadro 1 a seguir que de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo a Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil possui 84,4% de estabelecimentos conforme a lei 11.326/2006 da agricultura familiar e somente 15,6% são estabelecimentos não familiares. A agricultura familiar goiana emprega e sustenta mais de 195 mil pessoas, cujo valor bruto da produção superava R\$ 1 bilhão naquele ano.

Tabela 1 - Estabelecimento e área da agricultura familiar 2006.

REGIÕES	AGRICULTURA FAMILIAR- LEI Nº 11.326			NÃO FAMILIAR		
	ESTAB.	ÁREA (ha)	Est./Área %	ESTAB.	ÁREA (ha)	Est./Área %
BRASIL	4.367.902	80.250.453	84,4	807.587	249.690.940	15,6

GOIÁS	88.436	3.329.630	65	47.247	22.353.918	35
--------------	--------	-----------	----	--------	------------	----

Fonte: Adaptado IBGE, 2006.

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar através do PRONAF tem demonstrado empenho dos governantes, mas mesmo assim se observa que os agricultores familiares em Goiás ainda enfrentam uma série de problemas. Porém com o fomento e fortalecimento da agricultura local, frutas, hortaliças e demais produtos começaram a percorrerem novos caminhos e importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Também viabiliza o cumprimento da Lei n. 11.947/09 que trata da compra de no mínimo 30% dos produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a possibilidade de participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Desta forma, o agricultor familiar diversifica a produção e aumenta a sua renda. Simultaneamente, o produtor rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas mesmo com as dificuldades encontradas diante das políticas públicas específicas para a agricultura familiar em âmbito estadual e municipal, quanto à compra institucional, como também em outros fatores que influenciam diretamente na produção e comercialização, como a infraestrutura disponível: estradas, pontes, pontos de distribuição, legislação sanitária adaptada à realidade produtiva familiar.

Ainda de acordo com o censo agropecuário realizado (IBGE, 2006), o setor empregava quase 75% da mão-de-obra no campo e era responsável pela produção de aproximadamente 70% do alimento que a população brasileira consome.

O quadro 2, ilustra algumas informações geradas a partir dos dados obtidos no Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 2 - Informações da Agricultura Familiar em Goiás, 1985, 1995/96 e 2006.

Informações Gerais	1985	1995/1996	2006
Estabelecimentos Recenseados	131.365	111.791	135.683
Área dos estabelecimentos (ha)	29.864.104	27.472.648	25.683.548
Pessoal ocupado (pessoas)	616.336	471.657	418.050
Área média dos estabelecimentos (há/estab.)	227,4	245,8	192,3
Índice de Gini (desigualdade)	0,766	0,740	0,776
Números de estabelecimentos agropecuários			

Grupos de área	1.985	1.996	2.006
Menos de 10 ha	25.361	12.526	21.834
10 a menos de 100 ha	58.944	55.073	72.241
100 a menos de 1.000 ha	41.217	38.728	34.549
1.000 ha e mais	5.811	5.437	4.946
Sem inf. ou sem área	32	27	2.113
Total	131.365	111.791	135.683
Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)			
Grupos de área	1.985	1.996	2.006
Menos de 10 ha	144.981	69.284	111.343
10 a menos de 100 ha	2.586.472	2.425.310	2.840.569
100 a menos de 1.000 ha	12.622.853	112.966.497	12.039.873
1.000 há e mais	14.509.795	12.966.497	12.039.873
Área total	29.864.104	27.472.648	25.683.548

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2006).

Podemos destacar o aumento da concentração fundiária e a capacidade de geração de emprego e renda da agricultura familiar. Mesmo com toda dificuldade encontrada pelos agricultores familiares é um setor que está conseguindo se fortalecer. É um fortalecimento que percebe a pluralidade da agricultura familiar, a contribuição da diversidade de culturas e de atividades para uma economia regional mais equilibrada, e um padrão mais sustentável de apropriação e uso dos recursos naturais.

No quadro 3, temos mais alguns aspectos que ressaltam a importância da agricultura familiar no Estado de Goiás.

Tabela 3 - Indicadores de Produtividade da Agricultura Familiar no Estado de Goiás, 2006.

Agricultura Familiar (critério da Lei 11.326)		2006	%
Estabelecimentos		88.436	65
Área dos estabelecimentos (ha)		3.329.630	13
Pessoal ocupado (pessoas)		212.980	51
Com 14 anos ou mais de idade		195.775	50
Valor bruto da produção (R\$ milhões)		1.029	16
Indicadores da produtividade da agricultura familiar		Familiar	Não Familiar
Mão de obra (pessoas/ 100ha)		6,4	0,9
VBP anual (R\$/ ha)		309	233
Evolução de 1995/1996 a 2006 (critério	1995/1996	2006	Variação

FAO/INCRA)			
Estabelecimentos	79.569	98.034	23%
Participação da agricultura familiar na produção de alguns produtos agropecuários:			
Produto	Agriculturas Familiares		
	Número de Estab.	% produção	
Arroz em casca	6.933	46	
Feijão	2.283	4	
Feijão Preto	93	2	
Feijão de cor	1.545	4	
Feijão fradinho	645	9	
Mandioca	5.468	67	
Milho em grão	14.894	10	
Soja	917	3	
Trigo	0	0	
Café	1.374	7	
Café arábica	1.059	11	
Café canephora (robusta, canilon)	315	1	
Bovinos ^a	69.401	17	
Leite	43.164	43	
Leite de Vaca	43.106	43	
Leite de Cabra	58	62	
Aves ^a	61.644	22	
Ovos de galinha	-	12	
Suínos ^a	41.744	35	
Nota: número de estabelecimento que declararam produzir os produtos.			
a- participação da agricultura familiar no número de cabeças em 31/12/2006.			

Fonte: IBGE Censo Agropecuário (2006).

Com exceção da carência que enfrenta devido às dificuldades de acesso ao crédito, que merece um estudo mais aprofundado, dos problemas de infraestrutura, acesso as tecnologias adaptadas a sua realidade produtiva, assim como os maquinários agrícolas, de acordo com os dados do censo agropecuário de 2006 a agricultura familiar tem uma produtividade superior à agricultura patronal. Com o valor bruto da produção de 16% e uma variação de 23% de evolução de 1996/2006.

O que chama a atenção no censo agropecuário de 2006 é em relação à segurança alimentar, devido ao fato de ser responsável por 46% da produção de arroz em casca; 67% da

produção de mandioca; 10% da produção de milho em grão; 11% da produção do café arábica; 17% da criação de bovinos; 43% da produção de leite de vaca; 62% da produção de leite de cabra; 22% da produção de aves; 12% da produção de ovos e 35% da produção de suínos.

2.2. AGRICULTURA FAMILIAR E O MUNICÍPIO DE ITAPURANGA-GO

Itapuranga é um município goiano localizado na Região Noroeste do Estado a 170 quilômetros de Goiânia, na mesorregião Centro Goiano e microrregião de Ceres, Estado de Goiás. O município de Itapuranga foi criado no início da década de 1950, a partir de um povoado que teve início em 1932, quando Braz Camilo marcou com uma cruz o local que seria erguida a Capela de São Sebastião. Inicialmente, o povoado recebeu o nome de Xixá devido a enorme quantidade da árvore xixazeiro encontrada na região e também pelo fato de que a primeira missa rezada no local foi à sombra de um xixá. Durante a década de 1940, esta região foi alvo de intensa corrente migratória vinda, principalmente, de São Paulo e de Minas, no contexto da política de colonização do Estado Nacional que visava minimizar a tensão pela posse da terra e a expansão agrícola para o interior do país. Dessa forma, as terras inexploradas e devolutas à margem esquerda do Rio Canastra favoreceram a instalação de migrantes que não dispunham de muitos recursos e que encontrou neste local a presença de solos férteis a preços acessíveis (MATOS, 2007).

No ano de 1943, o povoado de Xixá foi reconhecido como distrito do município de Goiás, por meio do decreto nº 8.305. Em 1953, o mesmo foi elevado à condição de município pela Lei Estadual nº 748 de 3 de julho deste ano, passando a se chamar Itapuranga, que na linguagem tupi significa “pedra vermelha” ou “lugar de pedras bonitas”. Sua instalação oficial ocorreu somente em janeiro de 1954, justamente na data em que se comemorava a sua emancipação do município de Goiás (SEPLAN, 2006).

O município tinha 26.125 habitantes no último Censo. (IBGE, 2010), sendo que 19.090 (76,9%) vivem no meio urbano e 5.742 (23,1%) no meio rural. O município ocupa uma área de 1.276,479 km² e tem uma representação significativa da agricultura familiar. De acordo com os dados do IBGE, Censo Agropecuário de 2006, cerca de 94% dos estabelecimentos rurais de Itapuranga podem ser categorizados como pertencentes a agricultores familiares. O município possui 1876 pequenas propriedades que produzem leite, maracujá, banana, mamão, pimenta, uva, milho e arroz (Camargos *et al.*, 2013). A estrutura

fundiária do município indica que 84% dos imóveis rurais possuem área inferior a 80 hectares. Além disso, os agricultores familiares são responsáveis por 67% do Valor Anual Bruto da Produção Agropecuária do município, o que representa uma contribuição significativa na produção agrícola e na movimentação da economia local.

Até o fim da década de 1980, essas famílias produziam de forma bem diversificada, trabalhando com lavouras de arroz, feijão e milho, com o intuito de abastecer a unidade familiar e comercializar seus excedentes. Nas palavras de Matos (2007),

O sistema de produção desenvolvido pelos agricultores familiares que se estabeleceram em Itapuranga esteve orientado para a diversificação produtiva, visando atender as necessidades alimentares do grupo familiar e a comercialização de excedentes. Assim, de acordo com os relatos históricos, os sistemas de cultivo consideravam a produção de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, frutas nos quintais, como também as hortas. Esses cultivos diversificados de gêneros alimentícios já eram conhecidos dos agricultores, uma vez que as técnicas de produção eram passadas entre as gerações. Os sistemas de criação de animais domésticos, para uso nos serviços, na alimentação ou na complementação da renda familiar, também faziam parte da composição dos sistemas de produção (MATOS, 2007, p. 34-35).

Quanto ao sistema produtivo desenvolvido pelos agricultores, não impeditivo ao aumento da especialização que vem sendo evidenciado nos últimos anos, ainda está posto no modelo diversificado de subsistência. Desse modo, a estratégia produtiva desses agricultores se baseia em uma multiplicidade de atividades que visam garantir a reprodução da unidade familiar (CAUME, 2005, p. 28). Os sistemas de cultivo caracterizavam-se pela produção diversificada de arroz, milho, feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, algodão, amendoim, frutas de quintal e hortas.

A fruticultura de Itapuranga iniciou seu desenvolvimento com o cultivo do maracujá, tornando-se a princípio a capital do maracujá, esse feito deu-se devido à compatibilidade das terras com esse tipo de lavoura. O crescimento do mercado fez com que uma grande quantidade de agricultores aderisse a tal cultivo. No entanto, somente aqueles que investiram em tecnologia e orientação técnica conseguiram sobreviver no mercado, frente à suscetibilidade desta cultura às doenças e pragas (CAMPOS, 2008, p.22).

A pecuária leiteira é um fator expressivo na economia local desse modo veja no quadro 4, que no ano de 2006 registrou 130.000 cabeças de gado e o número aumentou para 158.338 em 2016. Um montante de 23.300 vacas ordenhadas em 2006 e em 2016, 30.950

vacas ordenhadas perfazendo um aumento na produção de leite expressivo de 2006 com 23.100 para 30.950 em 2016.

Tabela 4 - Evolução da Pecuária e Produtos de Origem Animal de Itapuranga - GO

Produto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Bovino (cab.)	130.00 0	126.00 0	122.00 0	118.72 0	130.40 0	130.50 0	132.20 0	134.00 0	140.70 0	147.70 0	158.33 8
Suínos (cab.)	9.400	9.200	8.900	8.640	9.000	10.800	10.300	10.800	11.000	12.000	11.640
Leite (mil L)	23.100	22.386	27.710	21.115	27.060	27.500	29.700	30.147	31.654	33.273	34.895
Mel abelha(kg)	3.800	3.900	4.000	3.880	4.074	4.000	4.200	4.000	3.800	4.000	4.500
Ovos (Mil duz.)	242	238	235	233	226	226	282	310	325	345	389
Aves (Cab.)	87.500	86.300	85.690	83.075	95.480	117.70 0	119.65 0	131.48 0	137.95 0	146.20 0	149.43 0

Fonte: Adaptado, IMB - Instituto Mauro Borges- Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

Logo, podemos observar no quadro 4, que há também na região um crescimento da produção de mel de abelha, e um crescimento proeminente de aves devido à influência do Abatedouro da cidade vizinha de Itaberaí-Go, onde se encontra a SSA- São Salvador Alimentos. No quadro 5, a seguir sobre a produção agrícola tradicional, podemos observar um significativo aumento de melancia e do palmito e ao mesmo tempo declínio da produção de bananas, mamão e abacaxi, que em 2006 a 2008 estiveram em pico de suas produções devido ao apoio da Cooperafi em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde teve início o programa “Criação e Estabelecimento de Processos Agroecológicos no Município de Itapuranga” e nesse mesmo período, também foi aprovado o projeto de “Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano”, por meio do programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobrás. O projeto foi eficaz na produção da agricultura familiar do município, porém com o final do projeto e a saída do então gestor da Cooperafi, foram desvalidos.

Tabela 5 - Evolução da Produção Agrícola Tradicional de Itapuranga - GO

Produto	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arroz (t)	2.420	1.440	1.600	1.980	1.115	1.320	720	720	144	72	48
Feijão (t)	228	104	-	80	193	40	40	28	20	11	8
Soja (t)	-	-	-	-	-	-	-	-	288	720	480
Mandioca (t)	1.000	4.300	750	1.500	750	750	750	375	375	375	300
Milho (t)	7.700	17.600	10.560	10.560	5.280	5.280	4.800	2.880	2.880	1.980	1.980
Mamão (t)	600	1.900	1.400	600	300	600	800	200	600	187	280
Maracujá (t)	3.600	4.320	4.480	2.280	990	2.192	2.492	1.620	2.000	1.980	1.440

Cana-de-açúcar (t)	208.00	855.00	855.00	-	272.00	626.00	570.12	463.59	449.74	302.80	494.20
Melancia (t)	4.500	6.000	6.080	416	416	17.800	13.300	16.000	6.000	17.500	7.000
Abacaxi (mil frutos)	-	320	320	320	320	200	200	-	-	-	-
Palmito (t)	1.350	1.950	3.600	3.600	2.600	3.600	4.000	3.475	3.000	7.282	7.280
Banana (t)	1.980	960	960	960	640	960	960	-	-	-	-

Fonte: Adaptado, IMB- Instituto Mauro Borges- Estatísticas e Estudos Socioeconômicos.

É notório no quadro 5, o elevado aumento da produção do maracujá nos anos que percorrem 2006 a 2008, com a alta produção a cidade de Itapuranga-GO de acordo com as informações as culturas tradicionais de milho, arroz e feijão foram perdendo importância comercial para a fruticultura, em especial os cultivos de maracujá, banana e mamão.

Podemos observar no quadro 6, alguns dados da agricultura familiar no município de Itapuranga- GO.

Tabela 6 - Agricultura Familiar- Itapuranga

Indicador	Ano	Quantidade de Empréstimos/ Valor	Renda Produtos Rurais (1000 R\$)
Crédito Rural PRONAF	2016	127/ 7.102.757	
Quantidade Estabelecimentos (1459 estab.)			
Estrutura Produtiva do PIB	2006		42%
Produtos vegetais	2006	-	5.805
Animais e seus produtos	2006		28.050
Pescado	2006		2.292
Recursos aposentados e pensão	2006		2.223
Outros	2006		3.929

Fonte: Adaptado, EMBRAPA / Atlas agropecuário (Emater - GO).

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar através do PRONAF tem demonstrado avanços na agricultura familiar do país, mas mesmo assim se verifica que os agricultores familiares em Itapuranga ainda enfrentam uma série de problemas. Como podemos constatar no quadro 6, que os agricultores familiares em Itapuranga, mesmo tendo 94% considerados estabelecimentos familiares com um valor econômico anual bruto de 67%, encontram dificuldades em conseguir o crédito rural. Apenas 127 famílias usaram o financiamento do PRONAF em 2016. Os produtores com o pouco apoio para sua produção começaram a investir na produção de hortaliças o que também se tornou uma alternativa para os agricultores de Itapuranga. Essa atividade iniciou-se quando as culturas tradicionais ainda eram relevantes, a princípio, sem expressão econômica, mas, aos poucos, a horticultura se constituiu numa opção, frente às adversidades das culturas tradicionais. Os agricultores tornaram-se mais receptivos às demandas do mercado e buscaram adotar o padrão tecnológico exigido. Portanto, a necessidade de se buscar alternativas para a crise das lavouras tradicionais

levou os agricultores familiares a modificarem seus sistemas de produção, até então organizados na diversificação e na uniformidade das culturas voltadas ao comércio.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas pelos agricultores familiares de Itapuranga estão voltadas para a diversidade produtiva, cujo objetivo principal é atender as necessidades alimentares da família e a comercialização do excedente. As propriedades familiares com área de terra reduzida, até 15 hectares, além da produção agrícola de gêneros alimentícios, se dedicam também a criação de pequenos animais (galinhas, suínos e bovinos), além dos cultivos mercantis de hortaliças e frutíferas.

Os principais produtos hortícolas cultivados foram: tomate, pimentão, pimenta, abóbora, pepino, melancia, repolho e folhosas. Assim, os agricultores familiares de Itapuranga adequaram seus sistemas de produção ao desenvolvimento conjugado da fruticultura, horticultura e bovinocultura de leite (MATOS E MARIN, 2006).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. AGRICULTURA FAMILIAR

Os agricultores familiares são aqueles que possuem uma pequena propriedade, onde se utilizam os próprios membros familiares no cultivo e a sua principal renda vem do seu trabalho no campo.

[...] A ‘forma de vida campestre’ engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais –, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comunidade rural, dos latifúndios e plantation às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais (WILLIAMS, 1989, p.11-12).

Assim, a agricultura familiar pode ser entendida como uma forma de produção com integração entre gestão e trabalho, onde os próprios agricultores comandam o processo produtivo, dando ênfase na diversificação produtiva, no trabalho familiar e na qualidade de vida.

Os agricultores familiares vêm resistindo no mercado capitalista e contribuindo para abastecer o mercado consumidor. Como demonstra Mello (2007),

Cerca de quatro milhões de pequenas propriedades rurais empregam 80% da mão de obra do campo e produzem 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira. No país dos latifúndios, a produção da agricultura familiar disputa com o agronegócio exportador a atenção do poder público e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento. A alta produtividade das pequenas propriedades contrasta com as extensas áreas ocupadas por lavouras de monoculturas e pastagens de pecuária extensiva (MELLO, 2007, p. 01).

Mesmo a agricultura familiar sendo de suma importância para a economia brasileira, os agricultores passam por inúmeras dificuldades. Além de enfrentar os problemas naturais, como a seca, granizo, trombas d’água, também precisa constantemente de empréstimos, pois geralmente os membros da família não tem outra renda para complementar as despesas do campo. Por isso, estão sempre precisando de ajuda para financiar a produção, mas nem sempre conseguem a ajuda necessária.

A maioria dos agricultores familiares não conta com lugar adequado para guardar seus produtos, não possuem meios para preparar o alimento para o comércio e transporte para levar a produção até os centros consumidores. Diante dessa realidade, precisam vender sua produção rapidamente para pagar as dívidas contraídas. Com isso, acabam tendo que vender

seus produtos para o intermediário, que paga um preço bem abaixo do mercado, reduzindo consideravelmente o lucro do agricultor.

França *et al* (2009, p. 31), mostram que no último Censo Agropecuário, realizado em 2006, a categoria de estabelecimentos rurais familiares existentes no Brasil representava um total de 4.367.902 unidades, sendo que estes estabelecimentos familiares ocupavam 24,3% da área total do território brasileiro. A situação agrária brasileira é resultado de uma distribuição de terra desigual que perdura desde o período colonial. Os grandes conglomerados do agronegócio exportador possuem a maior parcela de terras ocupadas dedicadas principalmente à monocultura de soja e milho. Os estabelecimentos rurais familiares representam 84,4% do total de estabelecimentos rurais existentes no país. O grande número de propriedades pertencentes à chamada agricultura familiar reflete a importância deste segmento para a economia do Brasil. Essas famílias agricultoras são responsáveis por: 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 34% do arroz e 58% do leite que abastecem os mercados regionais e os grandes centros do país. A cultura com menor participação da agricultura familiar é a soja (16%), um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira (França *et al.*, 2009). A agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro.

França *et al* (2009), explicam que mesmo dispondo de apenas 24,3% da área total, a agricultura familiar é responsável por 74,4% do pessoal ocupado. Isso ocorre porque os agricultores concentram seus trabalhos entre os membros da própria família. De toda mão de obra utilizada na agricultura familiar, apenas 4% corresponde a contratações, sendo todo o restante do trabalho desenvolvido por membros da família. Magalhães e Bittencourt (1997) ressalta que apesar dos problemas enfrentados pela agricultura familiar, este segmento tem enorme importância econômica e social, com grande potencial de fortalecimento e crescimento. É um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para a redistribuição da renda, para a segurança alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável.

Pedroso (2000, p. 18) menciona que um dos caminhos para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil é a ampliação, viabilização e fortalecimento da agricultura familiar, juntamente com a promoção de uma tecnologia que conserve os recursos naturais. A partir daí pode-se construir um novo cenário para o meio rural brasileiro, onde a agricultura familiar seja o mecanismo de inclusão de milhares de pessoas à margem do processo produtivo, tornando-se um dos principais meios para o fortalecimento da população que vive na zona rural. A agricultura familiar vem sofrendo

transformações significativamente sejam pelas forças de sobrevivência do homem do campo. O pequeno produtor que se viu sendo esmagado pelo agronegócio ou pelas políticas públicas que convergem nas expectativas dessas famílias visando, sobretudo, melhores condições financeiras e buscando seu espaço no mercado competitivo da atualidade.

Os agricultores familiares são aqueles que, anteriormente, eram denominados como pequenos produtores, trabalhadores rurais, colonos e/ou camponeses. A utilização de termos diversos na literatura, tais como agricultura de subsistência, agricultura camponesa ou agricultura semi-mercantil, apenas expressam características que, embora presentes na agricultura familiar, não são suficientes para defini-la. Podemos defini-la através do grau de relação com o mercado.

Ploeg (2008, p. 32), sem referir-se especificamente a uma agricultura familiar, mas a um modo de produção camponês, que é contraposto a um modelo empresarial de produção agrícola, menciona as seguintes características:

- a) Relativa escassez de recursos disponíveis. No modo de produção camponês, os agricultores precisam obter o maior resultado possível com uma dada quantidade de recursos sem perda da qualidade destes recursos;
- b) Produção intensiva. Devido à escassez de recursos, o trabalho é relativamente abundante, ao passo que os objetos de trabalho (terra, animais, utensílios) são relativamente escassos, resultando em uma produção por objeto de trabalho relativamente alta;
- c) A base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital; trabalho manual e intelectual). Os recursos materiais e sociais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho;
- d) Relativa autonomia em relação ao mercado, pois cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores;
- e) Basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos, contrário, portanto, ao modo de produção capitalista e empresarial, onde os lucros e os níveis de renda podem ser ampliados por meio de uma redução contínua no uso de trabalho. A emancipação ou enfrentamento bem-sucedido de um ambiente hostil implica, necessariamente, a ampliação do valor agregado por unidade de produção (PLOEG, 2008, p.32).

Ploeg (2008, p. 34), novamente ao confrontar a agricultura camponesa e a estratégia de produção capitalista, registra outras particularidades do modo de produção camponesa, quais sejam: utilização de recursos autocriados e auto manejados para enfrentamento de ambientes hostis; mão de obra abundante com relação aos objetos de trabalho disponíveis resultando em trabalho intensivo de elevada produtividade; as inter-relações no trabalho derivam de

repertórios culturais locais e relações de gênero; criatividade e inventividade para confecção de ferramentas e utensílios, propiciando um desenvolvimento continuado; pluriatividade; troca de experiências e compartilhamento de aprendizado com as unidades agrícolas vizinhas; destinação de parte do produto final (insumos e alimentos) para o consumo.

Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. Nesta direção, segundo Abramovay (1997),

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. (ABRAMOVAY, 1997, p. 3).

Identifica-se que o autor acima menciona a prática em relação à agricultura familiar, que tem em seu subsídio três atributos básicos: propriedade, trabalho e familiares, estão presentes em todas elas.

De acordo com Schneider (2003, p. 32) “[...] a agricultura familiar passou a ser reconhecida nos meios acadêmicos principalmente para ciências sociais, a partir de 1990, através do estudo realizado por Kageyma e Bergamasco”.

A discussão sobre a expressão agricultura familiar é importante, pois há a necessidade de mudar os conceitos em relação aos agricultores familiares, atualmente são mais criativos, trabalham visando a sua permanência no campo e trabalham estrategicamente com sua sobrevivência e sua relação com a natureza.

De acordo com Schneider (2003, p.35) “[...] no Brasil destacam-se dois modelos de produção agrícola: o patronal e o familiar”. A agricultura patronal tem as seguintes características: processo produtivo com organização centralizada, ênfase na produção em escala, práticas agrícolas padronizadas, mão de obra contratada, utilização de tecnologia de ponta.

Já a agricultura familiar tem como características: mão de obra basicamente familiar, contratando mão de obra complementar nos períodos de muito trabalho; organização do processo produtivo é realizada pela família; produção diversificada, com objetivo de ocupar melhor a área, a mão de obra familiar e aumentar a renda; cuidados com a conservação dos recursos naturais, pois dependem totalmente destes para a reprodução da família (SCHNEIDER, 2003).

Mas para Denardi (2001, p. 42), estes conceitos envolvem um julgamento prévio sobre o desempenho econômico destas unidades. O que se pensa tipicamente como pequeno produtor é alguém que vive em condições precárias, que tem acesso nulo ou limitado ao sistema de crédito, que conta com técnicas tradicionais e que não consegue se integrar aos mercados mais dinâmicos e competitivos. Julgamento esse que não condiz com a realidade atual, o pequeno produtor propõe-se a busca com sistemas produtivos melhores, novos projetos e experiências, estão em busca de modernizar suas práticas agrícolas através de novas técnicas de cultivo.

Como cita Schneider (2003, p. 41), “[...] a Agricultura Familiar desempenha vários papéis, entre os quais, produzir e fornecer alimentos básicos de preço acessível e de boa qualidade para a sociedade e, ainda, reproduzir-se como uma forma social diferenciada no mundo capitalista”.

O marxismo foi uma das vertentes analíticas que mais aplicou as contribuições teóricas do pensamento social que têm sido influentes no período recente para abordar os temas relacionados às sociedades rurais e à agricultura. O predomínio marxista é ainda mais significativo em relação às análises mais específicas sobre a agricultura familiar e as formas sociais de trabalho vigentes no mundo rural.

Assim, é preciso um esforço de situar a discussão teórica sobre a agricultura familiar no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica destas formas sociais no meio rural configura-se como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade mais ampla onde imperam as relações sociais de caráter capitalista. A agricultura familiar necessita de um referencial holístico para compreender as formas de articulação com o ambiente social e econômico (SCHNEIDER, 2003). Nesse contexto, faltava um elemento que pudesse ajudar as perspectivas da família rural e adentrar no processo competitivo, uma política pública que fosse específica para a agricultura familiar. Assim, nasceu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como incentivo do governo federal para subsidiar a produção das pequenas propriedades. Para Buainain (2007, p. 47), o lançamento do PRONAF, foi fundamental para que os pequenos produtores fossem reconhecidos como importantes agentes da economia brasileira. O programa do governo federal prevê o financiamento de projetos com o intuito de gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Este fortalecimento da agricultura familiar deu-se para atender

às demandas dos agricultores familiares, ou seja, as necessidades reais, transformando numa política nacional de caráter permanente que tinha em sua competência premissas como:

- Ajustar políticas públicas para atender à realidade da agricultura familiar.
- Viabilizar a infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural.
- Fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.
- Elevar os níveis de profissionalização dos agricultores familiares.
- Propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão (BRASIL, 2007).

Dessa forma, os agricultores familiares têm como característica principal a administração pela própria família; neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Poderiam contar com incentivos públicos por uma política econômica efetiva e fornecesse reais condições para fixação no campo. As transformações no mundo rural ensejadas pela crescente integração dos agricultores aos mercados revelam elementos determinantes à emergência da pluriatividade. Como demonstra Marsden (1995), considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria e a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas esse processo conduzirá a revalorização do espaço rural pelo avanço do movimento ambientalista e os processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, por conseguinte, o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais. Esse fenômeno está diretamente relacionado à nova configuração do espaço rural que se processa em decorrência da crescente mercantilização, a qual se estende a um vasto conjunto de esferas da vida econômica e social atribuindo às interações humanas e materiais que ali se reproduzem, valores mercantis que passam a regular o conjunto das estratégias desenvolvidas pelos agricultores. Assim, a diversidade da agricultura e a forma heterogênea com que a pluriatividade se expressa estão parcialmente associadas à forma multifacetada com que ocorrem as relações entre os agricultores familiares e o mercado (MARSDEN, 1995).

Leite (2002, p. 34) diz que a melhoria da qualidade de vida da população rural depende do aumento da produtividade é decorrente do progresso científico e tecnológico. Não obstante, esta crescente mercantilização não impôs uma dependência completa dos agricultores em relação ao mercado e, se quer, constitui o resultado de um processo linear de desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas.

Mas, de acordo com Long e Ploeg (1994, p. 15), isto só é passível de compreensão na medida em que os mercados deixam de ser percebidos enquanto estruturas genéricas ou forças

externas que encapsulam a vida das pessoas. Pensando neste viés, estes mercados passaram a ser vistos como construções sociais resultantes das múltiplas redes de relações estabelecidas entre os agricultores e uma série de outros atores sociais. Na medida em que estas redes envolvem um vasto conjunto de domínios, a mercantilização se torna então um processo que adentra em diferentes esferas sociais, alterando não só o trabalho agrícola, mas todo processo de reprodução das unidades familiares.

Os distintos rumos que este processo segue envolvem diretamente a disputa entre o capital, o Estado e os agricultores pelo controle de recursos materiais e simbólicos que são mobilizados nestas redes sociais. A expressiva assimetria de poder prevalecente na maior parte dos mercados faz com que frequentemente conjugada à mercantilização exista uma ampla incorporação institucional das unidades de produção (SCHNEIDER, 2009).

Esta incorporação faz alusão a processos integrados da ciência, crescente geração de tecnologias que aumentam o controle de atores externos (empresas, bancos, indústrias) sobre o processo de trabalho agrícola e sobre a natureza. Expressa Ploeg (2000, p. 25) que está externalização, faz o aumento da dependência dos agricultores em relação a recursos controlados por outros atores sociais. Uma vez que a externalização envolve o controle de recursos produtivos, ela é responsável por profundas alterações nos processos mais significativos de reprodução da unidade familiar, permitindo a atores externos influenciar diretamente a formatação dos projetos e das estratégias dos agricultores.

Os agricultores em situações em que o mercado se associa a fatores externos pode-se obter uma perda do domínio dos agricultores sobre a base de recursos necessários para a sua reprodução econômica, social e cultural. Havendo assim uma tentativa de uniformizar essa externalização pela imposição de recursos e discursos controlados pelo Estado, empresas agroindustriais, cooperativas agropecuárias, bancos. Segundo Brandenburg (1999)

A modernização da agricultura acentuou a diferenciação social, o desenraizamento de agricultores ocasionando numa perda de identidade, sendo preciso procurar meios para reconstruir suas relações sociais e de trabalho numa sociedade refratária á oferta de empregos e mão de obra (BRANDENBURG, 1999, p.20).

Entretanto, mesmo em meio a este conjunto de procedimentos que visam reproduzir o modelo de relações sócias técnicas sustentadas pela modernização, os agricultores são capazes de promover uma série de mecanismos para modificar, neutralizar ou resistir a este tipo de mercantilização. Desenvolver outras formas de inserção mercantil é importante e

genericamente, este processo reflete a pressão que as estruturas de mercado exercem sobre os atores, mas também pode representar uma estratégia deliberada dos próprios atores.

Segundo demonstra Long (1994), os agricultores possuem capacidade de agência sobre o curso das transformações nas quais estão inseridos, processando as diversas experiências sociais e inventando formas de ordená-las com a vida social, inclusive sob as formas mais extremas de coerção.

A maneira dissemelhante com que estas relações entre agricultores familiares e mercados se processam, fazem com que a mercantilização se constitua em um fenômeno parcial, não contínuo e multifacetado, e isso se deve a diversos fatores.

É necessário destacar o fato de que a crescente mercantilização não tem sido capaz de retirar a centralidade da família como unificadora do conjunto das estratégias constituídas com vistas a sua reprodução social (SCHNEIDER, 2003, p. 92).

Assim, a atividade específica da família é extremamente relevante na concepção das relações que esta estabelece com o círculo de instituições externas e na formatação das distintas estratégias levadas a fim individual e coletivamente pelos seus membros.

3.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

A teoria do desenvolvimento endógeno enfatiza a questão regional, procura resultados apresentáveis para o problema das desigualdades das regiões e busca através das políticas públicas solucionar os problemas. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notabilidade. Por isso, os estudos avançaram com a ajuda de novas vertentes em relação ao desenvolvimento desequilibrado.

Na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno se concentrou em entender o porquê o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia (THEODOROVITZ, 2011).

A solução seria procurar encontrar, entre estes fatores, aqueles determinados nas regiões. Neste caminho, a contribuição do desenvolvimento endógeno foi identificar fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinadas na região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, se conclui que a região

dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (PLOEG, 2008, p. 33).

Portanto, o desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1990 pôde então ser definido como: a capacidade da sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e o potencial de cada região. Identificam duas dimensões do desenvolvimento endógeno, a primeira econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais produtora possível, os fatores produtivos da região. A segunda sociocultural, os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (BARQUERO, 1988, p. 23).

De forma antagônica ao pensamento associado com as teorias endógenas, não se busca, neste enfoque, o fechamento ou isolamento regional, nem mesmo o auto centrismo e a autossuficiência. A ideia do desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, na perspectiva de uma economia aberta (AMARAL FILHO, 1996, p. 378).

Mais do que isso, na visão de Boisier (1997, p. 3), a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio econômica em uma região.

Barquero (1988, p. 22) argumenta que o desenvolvimento regional endógeno, ao considerar e dar relevância à sociedade civil local e aos seus processos de organização e relação social permite que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região. Baseado em um enfoque distinto, trata-se da compreensão de que o desenvolvimento regional está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas na região. Conforme Barquero (1988)

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos

valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar certo conflito e contradições no processo de adaptação (BARQUERO, 1988, p.20).

Certificam Portes e Landolt (1996, p.18) no tema e dizem que “[...] em um sentido mais restrito, pode se entender capital social como a habilidade de criar e sustentar associações voluntárias”. Mas, Putnam (1996) adentra ainda mais no tema explicando que;

Como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilita a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança (PUTNAM, 1996, p.177).

Neste período, o capital social pode ser considerado a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas: a cooperação.

Para Fukuyama (1995, p. 20) as nações e as regiões mais prósperas em um futuro de livre mercado serão aquelas melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições.

3.2.1. DESENVOLVIMENTO LOCAL E O MERCADO

O estudo do desenvolvimento endógeno inicia-se pelo prévio estudo de mercado na região, determinando o espaço de planejamento. O espaço de planejamento de uma empresa é o território abrangido por suas decisões de compra (insumos) e venda (produtos); e identificando as potencialidades e oportunidades existentes neste espaço, possibilitado através de pesquisa com fontes primárias de informação, segundo o ramo em que se quer atingir com a proposta de desenvolvimento. Como afirma Boisier (1997, p. 3) “[...] um dos cenários do desenvolvimento regional é o estratégico, no qual é o mercado econômico que determina a realização da política endógena”. Todo estudo de mercado ou planejamento estratégico tem como propósito a geração de lucro aos envolvidos e a sociedade em geral será beneficiada também através desse lucro (WRIGHT et al., 2000, p. 38). A gestão estratégica é fundamental para o sucesso no plano de desenvolvimento. A elaboração de metas e as pesquisas de mercado são primordiais nas condições de economia hoje encontradas. A pesquisa de mercado influencia em todo o plano e também no resultado da produção. Porém, não são realidades vistas com os produtores rurais, principalmente os agricultores familiares. Estes

negligenciam a voz do mercado e a qualidade de seus produtos não é uma questão primordial (THEODOROVITZ, 2011).

3.3. PRODUÇÃO LOCAL

Ao estudar o desenvolvimento regional e a produção para consumo no comércio local, torna-se fundamental observar a atividade produtiva, ou seja, no que consiste a economia da região, para que seja possível determinar qual será a principal forma de produzir os bens estudados na pesquisa de mercado. Ou seja, já se conhece o mercado e os produtos a serem comercializados, agora é encontrar meios de produção. A produção, segundo Valenti (2002, p. 1) pode ser considerada como um processo amplo que envolve todo um conjunto de elementos que se inter-relacionam formando uma rede complexa. Neste quesito o desenvolvimento endógeno possui vantagens sobre outras políticas de desenvolvimento socioeconômico principalmente em relação ao investimento inicial e o custo produtivo. Analisando por outra dimensão, a ambiental; também abrangida pelas políticas de desenvolvimento sustentável, entre outras com: econômica, ambiental, social e cultural, observa-se que a agressão causada na maioria das vezes pela desordenada e não profissionalizada produção rural, trazem além do prejuízo ambiental, o aumento dos custos de produção. Segundo Assis (2003, p. 2) “[...] o mau uso dos recursos naturais ao longo do processo produtivo não representa somente uma externalidade decorrente da degradação dos recursos ambientais, mas também um aumento nos custos de produção em função de uma maior demanda por insumos que esta degradação provoca”. Assim, os quatro pilares da sustentabilidade estão interligados por diversos fatores.

3.4. O AGRONEGÓCIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O termo agronegócio, utilizado na academia brasileira a partir do início da década de 1990, é resultado da tradução para a língua portuguesa da palavra agribusiness, alcunhada pelo americano J. H. Davis, em 1955, e difundido na literatura internacional desde então. Esse economista definiu o agronegócio como a “soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 65).

Conceito filiado à tradição da teoria econômica neoclássica de enfoque sistêmico, o agronegócio representa “um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca” (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 67). Denota que, na modernidade capitalista, o fazer agrícola depende crescentemente de um setor econômico que lhe fornece bens de produção (indústria de máquinas, implementos agrícolas e insumos) e de um setor que, cada vez mais, processa industrialmente o produto agrícola (agroindústria). É através do uso da terra e dos recursos naturais que o agronegócio tem se mantido entre as atividades mais lucrativas, seguindo em franca expansão neste novo milênio. Nos últimos anos, os movimentos sociais e ambientais começaram a unir forças motivadas de um lado pelos problemas socioambientais decorrentes do agronegócio. Ao agronegócio se articulam outras atividades que dão condições de possibilidade para que essa integração se efetive, como os setores financeiro, comercial e de serviços. Quando se fala em agronegócio, portanto, se está referindo a um processo econômico, historicamente evolutivo, de vinculação subordinada das tradicionais atividades agropecuárias a outros setores da economia. O termo remete não a particulares agentes econômicos, mas a uma variedade de atores que participam desse processo integrador: agricultores, fabricantes de máquinas, implementos e insumos agrícolas, transformadores da produção agropecuária, bancos, Estado, comerciantes, distribuidores, transportadores, armazenadores e outros. O agronegócio não é como muitos equivocadamente acreditam, uma forma de se produzir na agricultura. O conceito se refere a um sistema que integra diferentes atividades econômicas que tem como eixo articulador a agropecuária. Essa atividade agropecuária, por sua vez, incorpora diferentes formas sociais de produção. Conforme cita Caume (2009)

Lideranças do setor patronal da agricultura brasileira constroem a visão de que as funções econômicas delegadas ao setor agropecuário são cumpridas por unidades produtivas de grande escala que utilizam força de trabalho assalariada; em contrapartida, numa visível oposição, imputam à agricultura familiar papéis de ordem meramente social, de gerar emprego e renda a produtores excluídos das cadeias de produção (CAUME, 2009, p. 1).

Essa percepção oposta do nosso espaço agrário é, muitas vezes, concordada pelas próprias políticas públicas: o “Plano Safra”, por exemplo, elaborado anualmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevê recursos de financiamento destinados à designada “agricultura comercial”, em contraposição à “agricultura familiar” – atendida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa construção discursiva da política agrícola supõe, portanto, uma polaridade entre formas de

produção integradas ao agronegócio (“comercial”) e formas de produção excluídas do mercado e voltadas à subsistência dos próprios produtores (“agricultura familiar”).

A classificação das unidades produtivas agropecuárias em “familiares” e “patronais” é, efetivamente, uma construção limitante da multiplicidade de arranjos organizacionais contingencialmente existentes entre os produtores inseridos no agronegócio. Mas considero que essa construção constitui uma expressão importante da diversidade social presente entre os produtores agropecuários e um modo de conferir ordenamento, inteligibilidade ao real, na medida em que “o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e divisão...” (BOURDIEU, 1989, p. 137).

Nesse período de classificação das unidades produtivas agropecuárias se viu concentração da estrutura agrária. Após o golpe militar de 1964, a agricultura entrou em processo radical de transformação, favorecido pelas seguintes circunstâncias: fase ascendente do ciclo econômico conhecida por milagre; a ampliação do crédito rural subsidiado; internacionalização do pacote tecnológico da “Revolução Verde”; e melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas (VEIGA; ABRAMOVAY; EHLERS, 2005, p. 28).

A mudança na qualidade do processo de urbanização, caracterizada pelo êxodo rural de quase 30 milhões de pessoas em apenas vinte anos (1960-1980), bem como pelo crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, que deixou de residir no campo, foi uma das graves consequências do processo de transformação da agricultura. Tudo indica que o objetivo estratégico deve ser a obtenção sustentável de segurança alimentar, objetivo qual não será alcançado se os desafios não forem enfrentados concomitantemente: definição de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável, revalorização socioeconômica e cultural do espaço e da família rural, bem como o desenvolvimento e a utilização de métodos participativos (VEIGA; ABRAMOVAY ; EHLERS, 2005, p. 29).

Mas alertam os autores acima que não haverá perspectiva sustentável para o agronegócio, sem uma dinamização endógena que caminhe nessa direção. Ou seja, tudo vai depender do surgimento de pactos territoriais orientados para a promoção da agricultura sustentável. A base desses pactos é a criação ou o fortalecimento de mecanismos participativos de planejamento e de gestão ambiental.

3.5. AGROECOLOGIA E SISTEMAS AGROECOLÓGICOS

A expressão agroecologia é teoricamente utilizada pela primeira vez nos anos de 1930, para possuir uma aceção ao paralelo entre ecologia e agricultura. Até esse momento, o campo de conhecimento científico disciplinar ecológico tratava do estudo de sistemas naturais, ao mesmo tempo em que a ciência agrônômica se voltava para a introdução de métodos de investigação científica em torno da agricultura. Segundo os estudos sobre o tema, somente nos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, foi criada uma estrutura básica geral para o exame da agricultura alicerçada em uma perspectiva ecológica (GLIESSMAN, 2000). Tem sido apontado que o surgimento da agroecologia se deu ao final dos anos setenta como resposta a manifestações da crise ecológica no campo. Contudo, considera-se que este período é marcado pelo redescobrimento da agroecologia ou como a formulação acadêmica de muitos conhecimentos acumulados pelas culturas camponesas, de transmissão e conservação oral, sobre as interações que se produziam na prática agrícola (GLIESSMAN, 2000). Ressurge nos anos 70 para analisar fenômenos como a relação entre plantas adventícias e pragas com as plantas cultivadas e, pouco a pouco, vem se ampliando para passar a uma concepção de atividade agrária mais envolvida com o meio ambiente, mais equilibrada socialmente, e mais preocupada com a sustentabilidade em longo prazo. Dessa forma a agroecologia é uma ciência desenvolvida na década de 1970 como forma de estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura alternativa que ganhavam força com os sinais de esgotamento da agricultura moderna. No entanto, apesar de ser um termo que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920, surge como resposta aos críticos destes movimentos por uma nova agricultura integrada ao meio ambiente, contrapondo-se ao uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da dissipação do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos. Um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos da agricultura, rumo a um desenvolvimento rural mais sustentável. Esta, segundo Meirelles (2004, p. 4) surge como uma resposta socioambiental aos problemas ocasionados pela Revolução Verde, as culturas milenares de técnicas de cultivos baseadas em formas menos degradantes de produção tem sido substituídas por técnicas agressivas a partir da implementação do discurso da Revolução Verde, que prometia a acabar com a fome e produzir grandes proporções de gêneros alimentícios (Borges, 2015). A agroecologia é uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas. Na busca de agroecossistemas sustentáveis, a agroecologia adota como princípios básicos a menor dependência possível de insumos externos e a conservação dos recursos

naturais. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram maximizar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos. Como sintetiza Altieri (1989 p. 18-19), “a produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes”. O agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades.

A Agroecologia baseia-se no conceito de agroecossistemas como unidade de análise, tendo como principal propósito proporcionar bases científicas, para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional, para estilos de agricultura sustentável (ALTIERI, p.26, 1989).

Por sua vez, Gliessman (2000, p. 102), define esse enfoque agroecológico a partir dos princípios e conceitos da Ecologia, num desenho de agroecossistemas sustentáveis. Outro pesquisador, que se aproxima desta concepção é Sevilla-Guzmán (2001, p.11). Para esse autor, a Agroecologia pode ser definida como: “[...] o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativa ao atual modelo de manejo industrial dos recursos, mediante propostas sugeridas de seu potencial endógeno”. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica e social. Casado, Sevilla-Guzmán e Molina (2000, p. 116), acreditam em uma Agroecologia baseada nos princípios da sustentabilidade, defendem a ideia de que as estratégias de desenvolvimento rural sustentável, a partir da Agroecologia, devem ocorrer de forma endógena, através de um fortalecimento dos mecanismos de resistência ao discurso da modernidade agrária.

Segundo Ribeiro e Freitas (2012)

A agroecologia, como o próprio nome sugere, consiste na aplicação de conceitos ecológicos à agricultura, de forma que esta seja equilibrada ambientalmente, correta socialmente e economicamente viável. É produzir alimentos sobre outro paradigma, holístico, com práticas agrícolas não agressivas à vida no seu conjunto, gerando alimentos saudáveis, livres de resíduos tóxicos e com qualidade ecológica (RIBEIRO; FREITAS, 2012, p. 91).

Agroecologia surge como uma ciência capaz de conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade das pessoas nela inseridas, oportunizando benefícios para o meio

ambiente como: fertilidade do solo, reciclagem de nutrientes, conservação da biodiversidade, etc. O sistema agroecológico dispensa o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos, agressivos à saúde e ao meio ambiente. “Procura uma interação entre o agricultor e consumidor, de forma que atenda às necessidades das partes envolvidas e fomente a corresponsabilidade” (PENTEADO, 2007, p. 43). Para esse autor, no entanto, “Instalar uma horta saudável, não consiste somente em deixar de utilizar pesticida ou adubos químicos solúveis, mas fazer o uso da terra de forma ecológica (...)”, afirma ainda que uma horta agroecológica significa criar um ambiente saudável e sustentável, com o objetivo de desenvolver “(...) um sistema de produção de alimentos comprometido com a saúde, a ética e a cidadania do ser humano, visando contribuir para a preservação da vida e da natureza”. Para o sucesso de sistemas agroecológicos, a primeira preocupação deve ser, na implementação, relacionada ao solo no que se refere à recuperação e manutenção do seu equilíbrio biológico, pois este influenciará em grande medida em suas características físicas e químicas.

3.5.1. A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

O conceito de transição agroecológica é derivado do conceito de agroecologia. Caporal e Costabeber (2006, p. 45-61), reúnem as proposições acerca do tema e especifica a variável tempo, estendido como um processo gradual que pode ser mais longo ou mais curto, dependendo da especificidade do agroecossistema, além do processo, que implica na mudança do manejo do sistema, tendo como meta a passagem do modelo agroquímico para estilos de agricultura que incorporem tecnologia de base sustentável. A mudança de atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais é necessária no processo.

O decreto que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica define a transição agroecológica como o,

[...] processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistema, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012).

Para Molina (2011, p. 9-21), a transição agroecológica se dá em quatro níveis. Ao nível da lavoura, uma das preocupações fundamentais é com o material genético adaptado ao ecossistema local. No segundo nível, que considera a unidade produtiva, os sistemas

sustentáveis são trabalhados em policultivos e rotação de culturas. A organização dos agroecossistemas está no terceiro nível da transição em que a especialização e o monocultivo são substituídos por arranjos territoriais diversificados. O quarto nível diz respeito à sociedade e ao sistema agroalimentar, que está baseado no mercado global, mediante a integração especializada.

Para Nunes da Silva et al (2009, p. 1), “os processos de transição agroecológica constituem-se em desafios para a sustentabilidade das regiões rurais”.

De acordo com Costabeber e Caporal (2003, p.33- 35), entende-se que a oferta de alimentos na quantidade necessária, de forma permanente, requer uma agricultura ambientalmente sustentável e capaz de produzir alimentos com elevada qualidade, pois somente com alimentos de qualidade biológica superior ao que se produz hoje é possível garantir alimentação saudável. Os problemas ambientais vêm ao longo deste processo se intensificando, levando a perdas de solos e ecossistemas.

Conforme Gliessman (2009, p. 85), a agricultura está em crise. Embora as terras agricultáveis continuem a produzir tanto alimento quanto no passado, há sinais abundantes de que as bases de sua produtividade ecológica estão em perigo.

Em relação ao manejo, várias são as ações que podem ser citadas, desde o preparo agroecológico do solo, passando pela adubação orgânica; uso de espécies e cultivares adaptados às condições agroecológicas locais; produção de mudas; consorciação de culturas; cobertura morta; manejo e controle de insetos e ervas; irrigação, etc. No aspecto da nutrição, as práticas fundamentaram-se no uso da compostagem sólida e biofertilizante líquido. A compostagem, processo de transformação de materiais grosseiros, como palhada e estrume, em materiais utilizáveis na agricultura. Souza e Resende (2006, p. 38), foi feita utilizando-se todo o material como restos de poda e limpeza de plantas (folhas velhas e atingidas por pragas) e esterco de animais do próprio sítio, são técnicas, de modo simples, atentando-se ao cuidado de oportunizar os questionamentos necessários ao entendimento de uma boa compostagem, como tipo e formas das camadas, umedecimento, aditivos (enriquecimento), monitoramento da temperatura, formas de uso, dentre outros.

Os Biofertilizantes líquidos são produtos naturais obtidos da fermentação de materiais orgânicos (esterco) com água. Podem ser aplicados sobre a folha (adubo foliar), sobre as sementes, sobre o solo via fertirrigação ou em hidroponia, em dosagens diluídas. A absorção pelas plantas se efetua com muita rapidez, de modo que é muito útil para as culturas de ciclo curto ou no tratamento rápido de deficiências nutricionais das plantas.

A fertilização do solo é um instrumento central para a construção de agriculturas mais sustentáveis. O manejo da fertilidade é o manejo de todos os recursos da propriedade, com o objetivo de criar as melhores condições químicas, físicas e biológicas possíveis para que as plantas manifestem o seu potencial produtivo.

Um elemento central para o uso de tecnologias de base ecológica é a promoção da biodiversidade como fundamento para o equilíbrio dinâmico, de acordo com os atributos da sustentabilidade (GALÁN; POHLAN, 2005).

Além das tecnologias citadas acima para a conservação da biodiversidade, estão o uso do solo de acordo com a capacidade de uso, adubação verde, plantas recuperadoras, consorciação, rotação de culturas, uso de quebra ventos, pastoreio racional, plantio direto sem dessecação, sistemas agroflorestais, alelopatia, controle biológico e uso de planta protetoras.

A manutenção da biodiversidade e o conhecimento sobre sucessões naturais e plantas indicadoras estão no contexto das tecnologias de base ecológica (PAULUS; SCHLINDWEIN, 2001).

3.5.2. A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA

Por iniciativa da Escola de Agronomia da UFG em parceria com a Cooperafi e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, buscou-se implantar na região de Itapuranga alguns experimentos agroecológicos em propriedades de agricultores familiares dispostos a alterar seus processos produtivos tradicionais. Nesse intuito, no ano de 2005 princípios básicos da agroecologia foram repassados aos agricultores selecionados pelas instituições executoras. “Questões como resgate das sementes tradicionais, recuperação de áreas degradadas através da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e implantação de unidades experimentais de frutas e hortaliças orgânicas” (SILVA *et al*, 2011). O início dessa transição agroecológica foi “Projeto Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano” e “Criação e estabelecimento de processos agroecológicos no município de Itapuranga, GO” junto ao CNPq e UFG. Os projetos iniciaram-se com uma equipe técnica que por sua vez fez um diagnóstico inicial, como medição da declividade da terra, coleta de solo para análise, preparo do solo, equipamentos para implantação das culturas, produção e entrega de mudas, entrega de insumos, assistência técnica para as lavouras implantadas, conservação do solo, irrigação, pulverizadores, cursos e capacitações, reuniões com as famílias que faziam parte do programa, produção, comercialização.

No que tange às culturas frutíferas, revezam-se em predominância na região as lavouras de banana, mamão, melancia, abacaxi e, principalmente, do maracujá (SEPLAN, 2006). Até os dias atuais, essa tônica direcionou os contornos da realidade rural em Itapuranga a se estabelecerem das seguintes formas: os proprietários de áreas diminutas (até 20 ha) se dedicam à produção de gêneros alimentícios e à criação de pequenos animais, além dos cultivos olerícolas e frutícolas para autoconsumo e comercialização de excedentes (CARVALHO, 2008).

A transição agroecológica utilizou-se dos quintais com sua diversificação de frutas e hortaliças que foram desde os mamoeiros com frutos saudáveis e apresentando bom aspecto sem a utilização de qualquer agrotóxico. Assim como as bananeiras são plantadas dispostas como um cinturão, que serve como quebra ventos e possui como finalidade evitar a entrada de insetos e outros animais prejudiciais à produção. Como adubação para a plantação, utiliza-se adubos orgânicos, adubos verdes, caldas caseiras e a compostagem dos resíduos do quintal como folhas, galhadas, frutas em decomposição. “Para o controle de insetos são utilizadas as caldas contendo pimentas, alho, macerado de Nim indiano (*Azadirachta indica*) e segundo os agricultores, existem insetos benéficos e os maléficos para a produção e utilizando as caldas não eliminam os bons, somente espantam os insetos prejudiciais à produção” (De Jesus et al, 2011). Dados os tipos de cultivo mais comuns entre os agricultores em transição agroecológica, houve uma tendência de aceitação das práticas de adubação verde e de sistemas agroflorestais que, para além da agroecologia configuram-se como garantia de maior estabilidade ao agroecossistema e às atividades produtivas nele desencadeadas. Dessa forma os principais avanços do projeto foram à incorporação de conhecimentos e práticas agroecológicas pelos produtores para evitar a utilização de produtos químicos, agrotóxicos e adubos altamente solúveis (Marin, 2009).

3.6. DEFINIÇÃO, CONCEITOS CLASSIFICAÇÃO DAS COOPERATIVAS

Expõem neste item, os conceitos e a definição de cooperativismo e cooperativas além de suas classificações, conceituando-as e enumerando suas características fundamentais. Inicialmente, realizamos a análise etimológica das palavras cooperação, cooperativismo e cooperativa, segundo Pinho (1996).

Etimologicamente esses três termos derivam do verbo cooperar (do latim cooperari, de cum e operari) que significa operar juntamente com alguém. Em cooperação, substantivo feminino, devido ao sufixo indicativo de ação, encontramos o sentido de ação de cooperar, prestação de auxílio para um fim

comum. Já em cooperativismo, o sufixo *ismo*, de origem grega, denota sistema, doutrina e também estado, situação que visa à renovação social através da cooperação (PINHO, 1996, p.43-44).

É possível afirmar que o cooperativismo é um sistema associativo no qual pessoas livres se unem, agregando suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas economias no propósito de evoluírem econômica e socialmente, elevando seu padrão de vida e, igualmente, de beneficiar a sociedade por meio do aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito. Pinho (1996) aborda os aspectos do cooperativismo como,

Movimento nascido nos meios populares da Europa Ocidental de meados do século XIX, para uma ação pacífica de defesa e de emancipação socioeconômica de trabalhadores urbanos e rurais; Doutrina surgida originariamente em oposição ao capitalismo desbragado, mas que depois reagiu também contra os sistemas econômicos que se instalaram em vários países, embasados em crescente intervencionismo estatal ou no socialismo revolucionário; e Técnica organizadora dos usuários-empresários cooperativados (PINHO, 1996, p. 44).

Nascimento (2000) defende,

Para melhor entendimento, poderia ser considerado como um regime econômico, com grande eficácia para corrigir disfunções dos sistemas econômicos e a forma correta para que os indivíduos realizem, em grupo, objetivos econômicos que teriam dificuldades de alcançá-los sozinhos (NASCIMENTO, 2000, p. 11).

Conforme conceito dado para as cooperativas inicia-se pelas considerações feitas pela Aliança Cooperativista Internacional, por se tratar do órgão de representação internacional do movimento e que tem como principal objetivo uniformizar entendimento sobre o assunto segundo Menezes (2005),

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (MENEZES, 2005, p.94).

Dessa noção defendida pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) formulou-se a definição legal de cooperativas no Brasil, previsto no art. 4º da Lei nº 5.764/197

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características [...] (BRASIL, 1971).

Trata-se da lei vigente que rege as cooperativas em todo o território brasileiro. No entanto, é de destacar que existiram vários projetos de lei, sendo um dos mais importantes, o de nº 171/1999, do Senado Federal, com o intuito de substituir a atual legislação cooperativista. Nesse projeto propunha-se a seguinte definição:

A cooperativa é sociedade civil de pessoas, de forma jurídica própria, não sujeita à falência, constituída para prestação de serviços aos associados através do exercício de uma ou mais atividades econômicas sem objetivo de lucro e com as seguintes características [...] (BRASIL, 1999).

A doutrina procura, insistentemente, diferenciar as cooperativas das demais formas de sociedades comerciais para que não haja prejuízo na efetivação dos princípios do cooperativismo na prática da sua atividade econômica. Por tal razão é que os elementos conceituais das cooperativas sempre estão contrapostos aos elementos das sociedades mercantis.

O cooperativismo é um sistema associativo no qual pessoas livres se unem, agregando suas forças de produção, sua capacidade de consumo e suas economias, no intuito de progredirem econômica e socialmente, subindo seu padrão de vida e, igualmente, beneficiando a sociedade por meio do aumento e barateamento da produção, do consumo e do crédito. Desta forma, cooperativismo pode ser entendido como um movimento que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperados e remunerem cada um deles. O cooperativismo é definido como uma doutrina econômica que atribui as cooperativas um papel primordial.

De acordo com Sandroni (1996), há a seguinte relação entre cooperativismo e cooperativa:

Cooperativismo: Doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que se encarregariam da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos em comum. O cooperativismo pretendeu representar uma alternativa entre o capitalismo e o socialismo. No Brasil, o cooperativismo iniciou-se no final do século XIX, principalmente no meio rural. Atualmente, é regulamentado por leis especiais e subordinado ao Conselho Nacional de Cooperativismo,

órgão do Ministério da Agricultura. Conta, ainda, com uma instituição financeira especial, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Cooperativa: Empresa formada e dirigida por uma associação de usuários, que se reúnem em igualdade de direitos, com o objetivo de desenvolver uma atividade econômica ou prestar serviços comuns, eliminando os intermediários. O movimento cooperativista contrapõe-se às grandes corporações capitalistas de caráter monopolístico. No Brasil, a formação de cooperativas é regulamentada por Lei desde 1907. Internacionalmente, a atividade é incentivada pela Aliança Cooperativa Internacional (SANDRONI, 1996, p.88).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o sistema cooperativista parte dos seguintes princípios:

- Adesão voluntária e livre – abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem qualquer tipo de discriminação;
- Gestão democrática pelos membros – organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões;
- Participação econômica dos membros – os sócios contribuem equitativamente para o capital das cooperativas e controlam esse capital democraticamente, destinando os excedentes a algumas finalidades, tais como: desenvolvimento da cooperativa, benefício aos associados na proporção de suas operações com a cooperativa, apoio a outras atividades aprovadas em Assembleia;
- Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas que asseguram controle democrático por parte de seus membros, mantendo a autonomia da cooperativa;
- Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento de suas cooperativas;
- Intercooperação – trabalham em conjunto através de estruturas locais, regionais e internacionais, fortalecendo o movimento cooperativo;
- Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros (SEBRAE, 2014).

A cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade. Assim, resgatando a cidadania dos mesmos, mediante o exercício da democracia, da liberdade e autonomia, no processo de organização da economia e do trabalho, tendo como principais beneficiários produtores/trabalhadores, organizações associadas de produtores rurais e suas entidades representativas e cooperativas em geral.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro remontam ao final do século XIX, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira-SP, e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe – Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem às primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras, 1996). A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação (PINHO, 1996, p. 50).

No Brasil, as cooperativas agrícolas, ao longo da primeira metade do século XX, não apenas se mostraram como as mais importantes em termos de volume de negócio como também foram as principais responsáveis pela difusão dos princípios cooperativista no país. Além disto, a literatura acusa que o referido ideário cooperativista ou conjunto teórico doutrinário do movimento foi utilizado como instrumento ideológico do Estado, a serviço de um Estado conservador e autoritário. Atualmente, o cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei nº. 5.764 de 16 de dezembro de 1971. A mesma exige um número mínimo de vinte sócios para a sua constituição e é representado, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em nível nacional e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada Unidade da Federação.

O esforço de revitalização das práticas cooperativas no Brasil se inscreve dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganha ressonância com as discussões sobre economia solidária / terceiro setor. Entretanto, conforme Schneider (2009) a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo expressa a dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira.

Para Silva (2000, p. 64), tais questões trouxeram repercussão direta para o campo da gestão das cooperativas agrícolas. A carência de planejamento a curto e médio prazo, associado a uma fraca capacidade de investimento de capital, utilização de mão-de-obra sem qualificação e controle financeiro-contábil condicionaram um baixo nível de competitividade e conseqüentemente de capitalização das cooperativas, notadamente nas de pequeno porte.

Assim, cada vez mais, as cooperativas, independentemente de onde estejam localizadas, terão que se capacitar e reformular suas práticas democráticas no processo de

autogestão, passando pela apropriação de ferramentas adequadas de gestão organizacional que lhes permitam ocupar um espaço de destaque no mercado local, regional e nacional.

3.6.1. O COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO

O cooperativismo brasileiro está estruturado em treze ramos, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, mineral, produção, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer, transporte de cargas e passageiros (OCB, 1996). Com a proliferação de cooperativas singulares e ante a modernização e industrialização do setor agrícola na década de 70 e 80 surgiram, então, várias centrais de cooperativas (federações) nos estados brasileiros, as quais tinham por finalidade ter um maior ganho de escala nas atividades, com a horizontalização e verticalização das atividades de produção, beneficiamento e industrialização de produtos agropecuários. Tais centrais atuavam na cadeia produtiva do algodão, soja, milho, leite, frango, dentre outros produtos. Um fato a destacar é que estas centrais (federações) não conseguiram estabelecer um processo de intercooperação capaz de originar uma confederação regional ou nacional (OCB, 1997).

É relevante frisar que, durante a década de 90, verificou-se que o número de cooperativas agrícolas apresentou bastante estabilidade, tendo havido um crescimento de apenas 13,3% no número destas organizações ao longo do período considerado. Há que se considerar, inclusive, que, entre 1993 e 1995, observou-se uma involução no número das cooperativas agrícolas no Brasil. Somente a partir de 1999 constatou-se um discreto aumento no número de cooperativas do setor agrícola. Tal fato provocou uma queda na participação deste ramo no cooperativismo nacional (OCB, 2002).

Em 1990, havia 1400 cooperativas agrícolas, as quais representavam 39,2% das cooperativas do Brasil, sendo que em 2001 registrou-se 1.587 cooperativas, as quais correspondiam a 22,6% do total de cooperativas do Brasil. Por sua vez, o número de associados às cooperativas agrícolas em 2001 era de 822.292 cooperados, os quais representavam 17,2% do total de cooperados brasileiros. As cooperativas do setor agrícola detiveram, no ano 2000, uma importante parcela de atuação nas cadeias produtivas, tornando-as responsáveis pela produção de 62% do trigo, 44% da cevada e 28% da soja do Brasil (OCB, 2002).

Ainda conforme OCB, quanto aos principais produtos da pauta de exportação destacam-se, em ordem decrescente: açúcar, café, soja e carne, o que denota o baixo valor

agregado das exportações das cooperativas do setor. Já o volume de exportações apresentou um crescimento de 72,3% entre 1990 e 2001, passando de U\$ 657 mil dólares para U\$1.132 mil no referido período. Não obstante o aumento do faturamento com exportação houve uma tendência na diminuição do número de cooperativas exportadoras neste período.

No que diz respeito à variação do volume de exportações observada ao longo da década de 90 decorreu de vários fatores internos e externos à organização, envolvendo aspectos relativos ao tamanho da safra nacional e internacional, política de preços internacional, políticas de estímulo à exportação e diferença cambial, entre outros aspectos.

Contudo, o processo de modernização e industrialização da agricultura fez emergir outros setores do cooperativismo nacional, como as cooperativas de crédito e o de saúde, na década de 70 e 80. Neste ínterim, o setor industrial e de serviços passam a ser os principais responsáveis pelo PIB brasileiro, incrementando a participação, em termos percentuais, das cooperativas de trabalho no setor cooperativo nacional.

3.6.2. COOPERATIVISMO: RELAÇÃO COM O ESTADO

Os maiores ramos do cooperativismo brasileiro até a década de 80 – o agrícola e o de crédito – tinham por principal fonte de financiamento externo os recursos governamentais. A redução dos recursos orçamentários governamentais face à crise que abateu o Estado Brasileiro a partir de então, aliado ao processo inflacionário crescente, fez com que os recursos financeiros destinados às cooperativas minguassem e o endividamento aumentasse (SILVA, 2000, p. 68).

Simultâneo a isto, ainda segundo Silva (2000, p. 69), o fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BNCC, a redução contínua do preço das commodities agrícolas, além de graves problemas administrativos, desencadearam uma grande crise financeira nas cooperativas agrícolas, resultando no fechamento de muitas delas.

Para suavizar os efeitos do processo de endividamento contínuo e crescente, o Governo Federal, no final da década de 90, lançou o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – RECOOP, visando à reestruturação das cooperativas endividadas. O RECOOP engloba além de aspectos tradicionais para soerguimento do empreendimento – como os de ordem técnica e econômico-financeira – uma proposta inovadora que contempla a capitalização continuada da cooperativa, inclusive prevendo a fusão, desmembramento, incorporação ou associação a empresas não

cooperativas, além da profissionalização da gestão cooperativa, organização e profissionalização dos cooperados (UNIRCOOP, 2003).

Defronte ao conjunto de exigências demandas pelo Governo Federal para o enquadramento no RECOOP até o ano 2001, apenas um pequeno número de organizações, situado em sua grande maioria na região Sul e Sudeste do país, foi contemplado por este programa.

Os governos (federal, estaduais e municipais), de maneira geral, têm tratado as cooperativas de modos ao das empresas mercantis, sendo as cooperativas do ramo de trabalho e saúde as mais afetadas, ante a quantidade de tributos e o seu impacto sobre o faturamento bruto, acarretando graves problemas de competitividade para as organizações. Assim, uma das grandes dificuldades com que se deparam as cooperativas brasileiras são os elevados percentuais de tributos, federais, estaduais e municipais.

3.6.3. COOPERAFI - COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES DE ITAPURANGA- GO

Em 2017 a Cooperafi conta com 216 cooperados ativos e atua na comercialização do leite, fruticultura e hortaliças; assistência técnica; assim como na compra de insumos a preços mais acessíveis. A sua fundação ocorreu em 1998 e possuía 122 sócios, sendo 89 homens e 33 mulheres. Foi fundada com o objetivo de minimizar as disparidades existentes entre produtor e consumidor, já que auxilia na comercialização da produção dos agricultores e na compra de insumos em quantidades maiores, obtendo um maior poder de negociação. Nesse período, a Cooperativa adquiriu três tanques de resfriamento de leite, galpão para sediar suas atividades administrativas, equipamentos audiovisuais para a realização de cursos e aparelho topográfico para prestar serviços aos agricultores. Em 2006, em parceria com a UFG e o CNPq, teve início o programa “Criação e Estabelecimento de Processos Agroecológicos no Município de Itapuranga”. Nesse mesmo período, também foi aprovado o projeto de “Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano”, por meio do programa Desenvolvimento e Cidadania da Petrobrás. Com esse projeto, em 2013, recebe a premiação da 12ª edição do Prêmio CREA – GO (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). A Cooperafi, no período dos projetos, contava com 130 cooperados, todos os produtores familiares com, em média, três alqueires de terra. Os convênios com a Petrobras começaram em 2008, quando 25 famílias iniciaram o projeto cultivando banana, mamão, maracujá e uva, esta última trocada posteriormente pelo abacaxi. O convênio com a Petrobras previa financiamento de aquisição de muda, projetos de

irrigação, assistência técnica e a instalação da agroindústria. Atualmente a cooperativa mantém a agroindústria junto aos agricultores familiares e mantém o leite como principal produto e atividade. A agroindústria pertence à Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapuranga, que de acordo com os dados de registro do estabelecimento possui uma marca para seus produtos denominados PRAFICAR, nome originário do Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais. Foi derivada de um programa idealizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG), que possibilitou a criação de mais de quinze cooperativas voltadas exclusivamente para a organização da produção e da comercialização da agricultura familiar de Goiás. A agroindústria está instalada numa área urbana do Município e a cessão de uso da mesma tem origem no ano de 2002. Por meio dos depoimentos verificou-se que no ano de 1999, a Cooperafi conseguiu aprovação de proposta junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) para que fosse instalada no município uma “despoldadeira de frutas”, devido à alta produtividade de maracujá na região, conforme relato de um dos entrevistados: Na época [1999] existia demanda de industrializar o maracujá. Os recursos para a construção e aquisição de equipamentos da agroindústria foram oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na modalidade de Infraestrutura, a primeira obra foi realizada em 2002. Porém, somente no ano de 2006, a prefeitura municipal entregou a obra e os equipamentos para a cooperativa, por meio de um contrato de cessão de uso. Os entrevistados informaram que a agroindústria obteve registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 2009, momento que iniciou suas atividades e continua em funcionamento (Rodrigues, 2015).

Dessa forma, vale a pena mencionar que a Cooperafi está inserida em um sistema de Economia Solidária, filiada à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar do Estado de Goiás (UNICAFES) e também conta com o apoio de outros órgãos, como por exemplo, a FETAEG, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itapuranga, Prefeitura de Itapuranga, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dentre outros.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizado um estudo de caso cujo objetivo foi entender como ocorreu a transição agroecológica no município de Itapuranga e da mesma forma compreender o que ocasionou o estancamento dessas práticas agroecológicas no município, assim como, compreender como os agricultores familiares trabalham com a autogestão, a agroecologia e cooperam entre si. É importante entender como eles se organizaram dentro da cooperativa e se as práticas agroecológicas os ajudaram a conseguir uma melhor qualidade de vida e maior competitividade no mercado consumidor.

Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se o delineamento de uma abordagem descrita que pode ser classificada como uma pesquisa qualitativa exploratória que se utilizou do estudo de caso para a realização da pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados foi utilizados questionários estruturados e entrevistas não estruturadas. A técnica utilizada de amostragem será por conveniência. O questionário foi construído através de leituras e inspirado na dissertação de Vieira (2009).

As entrevistas foram realizada com os quatro agricultores familiares que permanecem utilizando as práticas agroecológicas, 4 que deixaram as práticas e com o gestor da cooperativa, foram conversas informais ocasionadas após a realização dos questionários.

O questionário foi composto por 41 perguntas e está subdividido em quatro roteiros, sendo eles: Roteiro I, caracterização da família; roteiro II, Caracterização da unidade rural; roteiro III, práticas agroecológicas, aspectos agroecológicos; e por fim o roteiro IV, a cooperativa Cooperafi, aspectos gerais e de gerenciamento.

“O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações.” (GIL, 2011, p. 121). A delimitação do universo da pesquisa, objeto de estudo, baseou-se na técnica de amostragem por conveniência. Neste tipo de amostragem, não se faz uso de formas aleatórias de seleção e nem aplicação de fórmulas estatísticas (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.37).

4.1. UNIVERSO DA PESQUISA, INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O universo desta pesquisa de campo compreende os agricultores familiares que trabalham na feira do produtor rural, associados da cooperativa e aos gestores da cooperativa.

Foram executadas entrevistas não estruturadas uma conversa informal onde podemos agregar mais conhecimento visando responder a pergunta norteadora da pesquisa.

O questionário foi realizado nos dias 5 e 12 de outubro de 2017, na cidade de Itapuranga-GO na feira do produtor Rural, uma feira que acontece semanalmente às quintas-feiras. A feira pertence a uma associação cujo nome é Associação dos Produtores e Produtores Rurais do Córrego das Telhas (APRECORT). Atualmente existem 135 feirantes cadastrados, a escolha do local da pesquisa se deu ao fato de englobar um número maior de agricultores familiares no mesmo local. E também devido à diversificação dos produtores, os cooperados com seus sistemas de plantio convencional e outros cooperados que utilizam a agroecologia. A feira viabiliza a comercialização da produção dos agricultores familiares com produtos advindos do seu próprio cultivo. Compõem o universo da pesquisa oito agricultores familiares e desses oito, encontram-se os quatro que fizeram parte dos projetos de transição agroecológica e Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano, e quatro desistentes.

Os questionários e entrevistas foram analisados utilizando tabelas e gráficos para uma melhor compreensão, foram escolhidos pares similares para facilitar a comparação entre os dois casos, isto é, os agricultores de sistemas agroecológicos e os agricultores com sistema tradicional de plantio e cultivo.

Devido ao fato de 76% dos agricultores inicialmente envolvidos com agroecologia terem desviado de seu prosseguimento, faz-se necessário caracterizar a trajetória dessa agricultura familiar que, de alguma forma, não se adaptou às práticas agroecológicas repassadas. Para isso, os custos (custos já existentes no projeto) de lavouras agroecológicas e convencionais foram confrontados para compreender se esse fator foi determinante no processo.

Os quatros agricultores envolvidos com a agroecologia foram entrevistados, a fim de que suas informações dissessem as variáveis a serem comparadas com os agricultores convencionais consultados no segundo momento. Assim, os cultivos determinantes desse universo da fase de transição passam a ser conhecidos e, por meio deles, o levantamento de seus respectivos custos foi mensurado. Em um primeiro momento, verificou-se a caracterização dos agricultores familiares, faixa etária dos agricultores familiares, composição da unidade familiar, escolaridade e se possuíam algum tipo de financiamento do governo federal. Após esse momento foi caracterizada a unidade rural, como as benfeitorias existentes na propriedade, se o produtor trabalha com a produção leiteira e as principais atividades produtivas. Em um terceiro momento foram abordadas as atividades agroecológicas, se as famílias trabalham com os projetos de reestruturação, quais são as técnicas mais utilizadas,

tipos de cultivo, níveis de renda antes e após a adoção dos preceitos agroecológicos e participação dessa produção na renda total, as dificuldades encontradas ao sair do cultivo tradicional, participação em cursos e se possuem um público específico para a comercialização. Concluída essa etapa, prosseguem para a parte da cooperativa e sua gestão, para tentarmos compreender porque a mudança de gestor supostamente ocasionou o estancamento das práticas agroecológicas e se a cooperativa possui uma gestão participativa junto aos agricultores familiares.

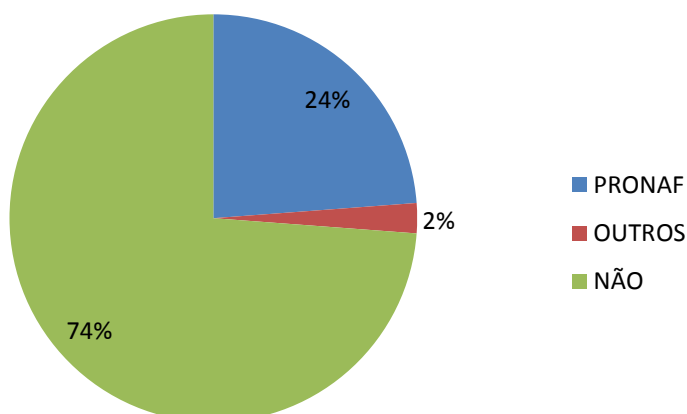
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS REFERENTES AOS AGRICULTORES QUE PARTICIPARAM DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E PERMANECEM UTILIZANDO AS PRÁTICAS E OS AGRICULTORES DESISTENTES

A aplicação dos questionários se deram efetivamente entre os dias 5 e 12 de outubro de 2017, na cidade de Itapuranga-GO na feira do produtor Rural. Foi escolhido o grupo de oito produtores que participaram da transição agroecológica. Desse grupo de oito se encontram os quatro produtores que continuam empenhados na transição agroecológica e os quatro desistentes. O grupo foi entrevistado individualmente no dia 21 de dezembro, contando com a colaboração dos chefes das famílias e suas esposas. As terras desses agricultores estão distribuídas em cinco regiões distintas assim denominadas: Ana Félix, Laranjal II, Campininha, Furnas e Córrego Grande. De início, notou-se que dos oito entrevistados cinco são cooperados de longa data da COOPERAFI e os outros três foram cooperados, porém deixaram a cooperativa após a mudança de gestão. Algumas características foram respondidas no questionário o que caracteriza os agricultores familiares. Os núcleos familiares cada vez menores, graças à saída dos jovens em busca de estudos e melhores condições de vida na zona urbana do município. Do universo de 8 agricultores, apenas 2 possuem filhos vivendo na mesma unidade produtiva, porém manifestam o desejo de crescimento e buscam através de estudos melhorarem a vida no campo. Os demais são filhos adolescentes que fazem o ensino médio ou estão na faculdade e que trabalham na cidade, muitas vezes só retornam em suas casas aos finais de semana.

Com relação à idade dos chefes de família pesquisados, há uma média de 49 anos e as esposas apresentam idade em média 44 anos. Quanto à escolaridade dois casais possuem apenas o ensino fundamental e os demais, o ensino médio completo. Acreditam que a educação é um fator transformador e por esse motivo investem na educação de seus filhos. Uns por desejarem uma vida diferente longe do campo e das suas dificuldades e outros até mesmo para trazerem para o campo melhorias e assistências para sua produção advinda dos conhecimentos obtidos. Em relação ao crédito rural podemos observar no gráfico 1 que 24% das famílias possuem o Pronaf e apenas 2% dos entrevistados possuem outros tipos de crédito rural.

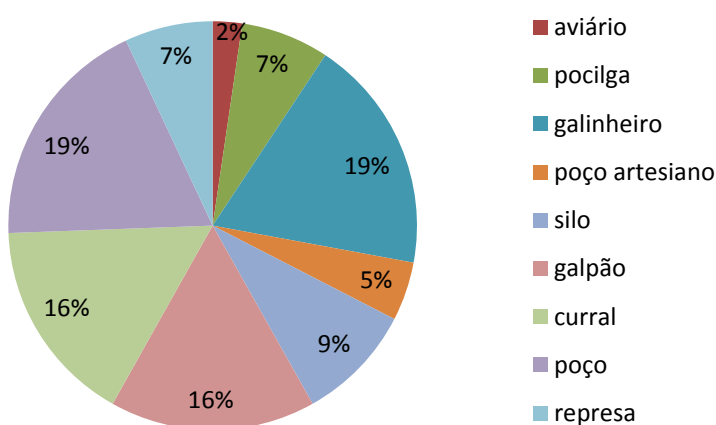
Gráfico 1 - Financiamento do Governo Federal



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em relação ao crédito rural dos 8 entrevistados, 4 possuem o PRONAF e frisam a importância da cooperativa pela conquista da liberação dos recursos, como saliente um entrevistado, “A cooperativa com seu antigo gestor foi quem se organizou e se mobilizou socialmente em prol dos pequenos produtores e com essa mobilização em 2009 foi viabilizado para os produtores de Itapuranga a maior liberação de crédito rural e foi através dessa organização e esforço do antigo gestor que fomos contemplados com os projetos de transição agroecológica (UFG) e de produção frutícola sustentável (Petrobrás)”. Com a obtenção do crédito rural os agricultores conseguiram fazer algumas benfeitorias como observamos no gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Benfeitorias Existentes na Propriedade Rural



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Com o crédito rural os produtores melhoraram suas lavouras e construíram algumas benfeitorias, como galpão para colocarem suas colheitas, poço para irrigarem as suas lavouras, adquiriram alguns animais para melhorarem sua renda mensal e automóvel para transportar sua mercadoria. O que se nota, é que a maior preocupação é com a água, em sua maioria as lavouras são irrigadas pelo sistema de gotejamento, além de possuir poços alguns possui uma pequena represa.

Os demais produtores com medo de se endividarem preferiram não adquirir o crédito rural, como cita um agricultor “Gosto de trabalhar com a terra sem me preocupar que ao final de cada ano precisarei ter o montante para negociar a dívida do crédito rural, invisto na minha propriedade com o dinheiro que tiro da minha própria terra”.

Sobre a localização da unidade rural a grande maioria mora próximo da cidade de Itapuranga, a distância varia de 5 a 16 km, todos os entrevistados são proprietários de suas terras, algumas possui reserva legal, outras bem menores não. O principal meio de transporte utilizado é o automóvel, que utilizam para fazerem a feira do produtor e como carro de passeio. As estradas são boas e atendem suas necessidades. O município não apresenta problema em relação a atividades agrícolas, pelo contrário, é um incentivador do produtor rural, afinal, esse movimenta a economia local.

Quanto à aderência aos projetos de transição agroecológica, os agricultores se dividem entre o primeiro projeto aprovado em 2005 e implementado em 2006 e o segundo projeto aprovado em 2007 e implementado a partir de 2008: 4 deles estão inseridos desde o início, tendo os quatro restantes na etapa seguinte. Com relação às atividades agroecológicas adotadas nas propriedades, há uma relativa diversidade de cultivos, verifica a seguir na tabela 7.

Tabela 7 – Principais Cultivos Agroecológicos em Itapuranga

Atividades dos agricultores que utilizam a agroecologia	Nº de agricultores	Atividades dos agricultores desistentes	Nº agricultores
Banana	3	Banana	2
Mamão	3	Mamão	1
Maracujá	1	Maracujá	2
Hortaliças	3	Hortaliças	2
Total	10	Total	7

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

Os quatro agricultores que utilizam a agroecologia nenhum desempenha menos do que três atividades em sistema de manejo agroecológico, nesse grupo nota-se forte tendência de

aceitação do cultivo do mamão, banana e das hortaliças. O maracujá já requer mais mão de obra e com isso se torna mais dispendioso. Enquanto que no primeiro caso as atividades de manejo agroecológico não eram inferiores a três em nenhum dos pesquisados, em se tratando dos desistentes a implantação de cultivo agroecológico à época da participação nos projetos não ultrapassava duas modalidades. Quanto às técnicas agroecológicas mais utilizadas pelos agricultores que permaneceram no sistema, podemos observar na tabela 8, uma maior utilização dos defensivos naturais, adubação verde e biofertilizante líquido.

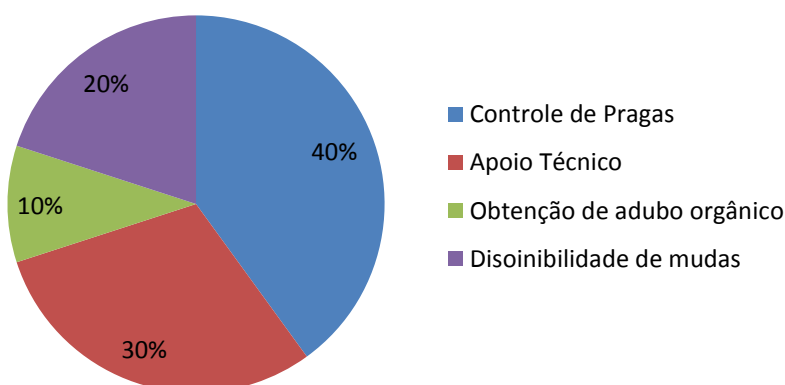
Tabela 8 – Principais Técnicas Agroecológicas em Itapuranga

Técnicas dos agricultores que utilizam a agroecologia	Nº de agricultores	Técnicas dos agricultores desistentes	Nº agricultores
Adubação Verde	4	Adubação Verde	4
Adubação Orgânica	3	Adubação Orgânica	3
Defensivos Naturais	4	Defensivos Naturais	2
Compostagem Sólida	2	Sistema Agroflorestal	2
Biofertilizante Líquido	4		
Sistema Agroflorestal	3		
Total	20	Total	11

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

Práticas de adubação verde e de sistemas agroflorestais que, para além da agroecologia, configuram-se como garantia de maior estabilidade ao agroecossistema e às atividades produtivas nele desenvolvidas. Os produtores entrevistados acreditam que utilizando práticas agrícolas não agressivas, gerando alimentos saudáveis, livres de resíduos tóxicos e com qualidade ecológica, a agroecologia é capaz de recuperar o agroecossistema tão degradado nos últimos anos com práticas de cultivos tradicionais e com a utilização de agrotóxicos. Os quatro desistentes utilizaram menos técnicas agroecológicas e ressaltaram as dificuldades relacionadas ao manejo como podemos observar no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Dificuldades Relacionadas ao Manejo da Produção Agroecológica



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O controle de pragas aparece como uma dificuldade importante (4 agricultores), sendo que para três pesquisados este ponto é determinante para o insucesso da experiência agroecológica. Para os demais o controle de praga só é mais um dos problemas e dificuldades encontradas, foi citado também a dificuldade em obter adubo orgânico (1 agricultor); os problemas de suprimento de adubo orgânico à pouca disponibilidade de mudas e/ou sementes adequados ao cultivo agroecológico (2 agricultores) e o apoio técnico (3 agricultores).

Contudo, quando questionados se trabalham com a produção de leite ou apenas agricultura, verifica-se na tabela 9, que a pecuária leiteira desempenha papel de destaque em áreas pequenas em consórcio com fruticultura e horticultura, a produção de leite é um acréscimo na renda das famílias, o leite é comercializado na feira do produtor através do produto in natura ou na obtenção de doces, requeijão, queijo e alguns produtores que entregam para laticínios. A Cooperafi, através de recursos obtidos com os projetos adquiriu tanques resfriadores para coletar o leite de cooperados e não cooperados para ser revendido posteriormente a grandes cadeias de laticínios a preços mais elevados devido ao maior volume comercializado.

Tabela 9 - Principais atividades produtivas em Itapuranga

Área da propriedade (ha)	Atividade principal – fator renda	Nº de agricultores (não desistentes)	Nº agricultores (desistentes)
Até 5 ha	pecuária/hortaliças	-	1
Até 5 ha	pecuária/fruticultura	-	1
Até 5 ha	fruticultura/horticultura	-	1
Até 15 ha	pecuária/hortaliças	1	1
Até 15 ha	pecuária/fruticultura	1	-
Até 15 ha	fruticultura/horticultura	2	-
Total		4	4

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

Podem observar que das três propriedades com área de até 15 hectares, em apenas um caso a pecuária leiteira não é citada como importante componente da renda. Dentre as restantes, a pecuária leiteira é predominante em uma propriedade, associada com a horticultura em outra e com a fruticultura.

Outrora o cultivo de frutas foi responsável pelo principal gerador de renda da economia local, iniciou-se com o maracujá, após, passou a dividir espaço com a banana na

produção comercial e que hoje caminha para uma maior diversificação, onde merece destaque a cultura do mamão.

Buscando analisar os custos e as receitas para averiguar se houve relação com o estancamento das práticas agroecológicas, e se a produção com as novas técnicas aumentou as receitas e diminuíram os custos de produção, analisem os dois sistemas de cultivo, tanto o tradicional como o agroecológico. Os dados dos custos são anotações e relatórios feitos pelos agricultores e técnicos responsáveis pelos projetos. Inicialmente como podem observar na tabela 10, foram escolhidas as frutas de maiores cultivos a bananicultura e mamonicultura, o ciclo produtivo é considerado de médio prazo, no máximo um ano, porém foram considerados seis meses, pois é o período que as plantas necessitam de maiores cuidados.

Tabela 10 - Custo de implantação de um hectare de mamão em cultivo convencional

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e				
Aplicação de calcário	12	Hora/Máquina	80,00	960,00
Calcário	3	Tonelada	60,00	180,00
Mudas	5.000	Um	0,30	1.500,00
Adubo mineral	25	Saco de 40KG	40,00	1.000,00
Adubo Orgânico	35	M ³	40,00	1.400,00
Adubo Mineral- Cloreto de				
Potássio	5	Saco de 50 KG	50,00	250,00
Adubo Mineral -Sulfato de				
Amônio	15	Saco de 50 KG	35,00	525,00
Adubo Mineral – Bórax	2	KG	5,00	10,00
Cova, adubação básica e				
cobertura, capina				
manual, irrigação e desbaste				
de plantas	150	Homem/dia	35,00	5.250,00
Total				11.075,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

Das lavouras frutícolas analisadas, o mamão é a que apresentou os menores custos de implantação e possuía atratividade por ter uma boa saída para o mercado. Tornou-se também atrativo, porque requer uma manutenção mais simples facilitando o manejo.

Observamos na tabela 11, os custos para implantação do cultivo agroecológico, assim podem traçar uma comparação aos dois sistemas em relação ao custo.

Tabela 11 - Custo de implantação de um hectare de mamão em cultivo agroecológico

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e				
Aplicação de calcário	12	Hora/Máquina	80,00	960,00
Calcário	3	Tonelada	60,00	180,00
Mudas	5.000	Um	0,30	1.500,00
Adubo – Cama de Frango	0,5	Tonelada	160,00	80,00
Cova, adubação básica e				
cobertura, capina				
manual, irrigação e desbaste				
de plantas	210	Homem/dia	35,00	7.350,00
Total				10.070,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

Conforme se nota nas Tabelas 10 e 11, os custos de implantação das culturas são bastante próximos, a ponto de não justificarem, por si só, a adoção de um ou outro modo de produção, ou até mesmo, o abandono das práticas agroecológicas em relação aos custos. No cultivo convencional, a inversão de capital (insumos e maquinário) na implantação da lavoura representou 64% do custo total. Trata-se de um sistema produtivo poupador de mão de obra, mas que exigiu um maior desembolso inicial, tendo em vista que o emprego de mão de obra é menos intensivo no período de implantação do que os insumos e a tecnologia.

No cultivo do mamoeiro agroecológico, as despesas homem/dia alcançaram 73% do custo total de implantação. Esse sistema requer maiores cuidados com ervas invasoras, a colocação gradual do adubo empregado e a incorporação de matéria orgânica revirando-se a terra da plantação, atividades que são totalmente manuais. Na comparação dos sistemas, a implantação da mamonicultura agroecológica foi 11% mais barata do que sua similar em cultivo convencional. Os agricultores reconhecem uma forte adesão a mamonicultura agroecológica devido a menor propensão às doenças, como cita: “uma vez que se controlam as pragas elas não voltam”. Em outros tempos pragas locais recaíam, sobretudo, na cultura do maracujá e, também, devido a maior perenidade dos mamoeiros em relação a outras frutas plantadas na região. Dessa forma, os produtores foram deixando os maracujazeiros e aderindo a mamonicultura e bananicultura, pois essas culturas superaram o maracujá devido aos problemas que envolvem a proliferação de pragas. Veremos na tabela 12 a seguir, o cultivo da banana que também se tornou uma cultura forte para os agricultores familiares do município.

Tabela 12 - Custo de implantação de um hectare de banana em cultivo convencional

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e				
Aplicação de calcário	12	Hora/Máquina	80,00	960,00
Calcário	3	Tonelada	60,00	180,00
Mudas	1.666	Um	2,50	4.165,00
Adubo mineral	30	Saco de 40KG	40,00	1.200,00
Adubo Orgânico	40	M ³	40,00	2.280,00
Adubo Mineral- Cloreto de Potássio	12	Saco de 50 KG	50,00	600,00
Adubo Mineral -Sulfato de Amônio	37	Saco de 50 KG	35,00	1.295,00
Cova, adubação básica e cobertura, capina manual, irrigação e desbaste de plantas	150	Homem/dia	35,00	5.250,00
Total				16.450,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

O cultivo da banana se diverge do cultivo do mamão em questão de quantidade, pois requer um número maior de mudas, porém, uma quantidade maior de adubo orgânico. A bananeira exige um espaçamento bem maior entre uma planta e outra, dada sua composição em forma de moita, onde vários caules produzem cachos distintos e que, após a colheita requerem corte para o desenvolvimento de nova leva de caules produtivos. Por esse motivo a bananeira requer mais matéria orgânica e a renovação constante desta em cada cova.

Quanto ao peso percentual representado pelos insumos e itens de tecnologia necessários à produção, a bananicultura convencional constou de 59% dos investimentos de implantação nesses quesitos. A área plantada com banana requer menos cuidados no que tange à roçagem, já que essas possuem folhas largas que fazem sombra e barram a proliferação de ervas invasora. Em compensação, as bananeiras são bastante exigentes quanto ao desbaste, porque a não remoção de caules que já produziram facilita o aparecimento de fungos e impede os caules jovens de aparecerem. A seguir na tabela 13, podemos observar a bananicultura em cultivo agroecológico e analisar seus custos comparados ao convencional.

Tabela 13 - Custo de implantação de um hectare de banana em cultivo agroecológico

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e				
Aplicação de calcário	12	Hora/Máquina	80,00	960,00
Calcário	3	Tonelada	60,00	180,00
Mudas	1.666	Um	2,50	4.165,00
Adubo – Cama de Frango	0,5	Tonelada	160,00	80,00
Adubo Orgânico	70	M ³	40,00	2.800,00

Cova, adubação básica e cobertura, capina manual, irrigação e desbaste de plantas	210	Homem/dia	35,00	7.350,00
Total				15.535,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

A lavoura de banana agroecológica teve 48% de seu custo de implantação baseado na despesa com mão de obra. Esse peso percentual menor em comparação com a mamonicultura agroecológica se explica o fato de que muitos agricultores afugentam o cultivo da banana comercialmente, mesmo se tratando do cultivo convencional as bananeiras necessitam de mão de obra intensiva. Ainda assim, o cultivo da banana cresceu, pois é um produto muito comercializado na feira do produtor rural e também é matéria-prima de grande quantidade de doces e compotas que agregam valor à produção e tem uma ótima saída no mercado local.

Grande parte dos agricultores familiares que aderiram aos projetos de transição agroecológica possuía experiência no cultivo de frutas. Muitos com o maracujá como o carro chefe da propriedade. Dessa forma, manter o sistema convencional ou tentar a transição agroecológica não acarretou em altos custos aos produtores, pois o retorno econômico era praticamente o mesmo, mas, as práticas agroecológicas destacavam como um diferencial a mais na comercialização.

No caso da horticultura, a experiência não foi tão significativa quanto à fruticultura. Os produtores já possuíam suas hortas para o consumo pessoal. Quando iniciaram o trato dessas lavouras para o comércio exigiu-se uma mão de obra intensa e contínua.

Para estudo desse sistema produtivo, a experiência foi em uma área menor de 1 ha (fruticultura) para 0,5 ha. Outro diferencial foi o tempo, para a horticultura, o ciclo produtivo foi bem menor, como nos casos da alface e da couve que serão aqui abordados. Diante desse retrato as hortaliças caracterizadas como plantas de curta duração, no máximo de três meses. A seguir na tabela 14, os custos ocorridos nas lavouras de hortaliças (alface e couve).

Tabela 14 - Custo de implantação de 0,5 hectares de horticultura (alface e couve) em cultivo convencional

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e Aplicação de calcário	5	Hora/Máquina	80,00	400,00
Calcário	1	Tonelada	60,00	60,00
Sementes	20	Lata 100g	250,00	5.000,00

Adubo mineral	2	Saco de 25KG	30,00	60,00
Adubo Orgânico	20	M ³	40,00	800,00
Construção de canteiros, adubação básica e cobertura, capina manual, irrigação e desbaste das plantas	200	Homem/dia	35,00	7.000,00
Total				13.320,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

A mão de obra da horticultura é muito intensa por isso se torna mais dispendiosa no caso analisado, 53% de toda a despesa de implantação da horta se deve a esse fator. Necessita de todo um cuidado com as folhagens na hora da irrigação para não estragar os canteiros e as próprias folhas. O controle de plantas invasoras é praticamente diário e feito sem o auxílio de nenhuma ferramenta. Há ainda o trabalho com a preparação do viveiro de mudas e a posterior mudança destas para o canteiro. No caso da alface, as folhas mais próximas ao chão geralmente apodrecem e necessitam de remoção, tanto sendo retiradas da horta quanto incorporadas ao solo como cobertura e adubo orgânico. Na tabela 15, a seguir os dados referentes ao cultivo agroecológico.

Tabela 15 - Custo de implantação de 0,5 hectares de horticultura (alface e couve) em cultivo agroecológico

Especificação	Quantidade	Unidade	C.U (R\$)	Valor total (R\$)
Aração, gradagem e Aplicação de calcário	5	Hora/Máquina	80,00	400,00
Calcário	1	Tonelada	60,00	60,00
Sementes	20	Lata 100g	250,00	5.000,00
Adubo Orgânico	20	M ³	40,00	800,00
Construção de canteiros, adubação básica e cobertura, capina manual, irrigação e desbaste das plantas	230	Homem/dia	35,00	8.050,00
Total				14.310,00

Fonte: Resultado da pesquisa, com base na planilha de cálculos dos agricultores (2017).

Analisem a tabela 15, podem observar que os insumos necessários para as duas produções são os mesmos, portanto o que diferencia é a mão de obra e o que se tornou as hortaliças agroecológicas com os custos de implantação mais alto do que as similares convencionais (7%). Justificam essa diferença quando se leva em conta que a ausência de agrotóxicos torna o controle de pragas dificultado na produção agroecológica, além do que, o

não uso de adubo retarda o desenvolvimento da planta e requerem cuidados por mais tempo e, portanto, maior uso de mão de obra.

Quando questionados se utilizam toda a terra com as práticas agroecológicas, concluem que até em 15 ha, que foi a proporção das terras que aderiram ao experimento, de 20% a 40% da área é dedicada a agroecologia. Para que tenham uma visão sobre o diferencial da agroecologia nos rendimentos observam o percentual apresentado na tabela 16.

Tabela 16 - Participação da agroecologia na composição da renda

Área da propriedade (ha)	Participação da agroecologia na renda total	Nº de agricultores (não desistentes)	Nº agricultores (desistentes)
Até 5 ha	Até 20%	-	-
Até 15 ha	Até 20%	1	-
Até 15 ha	20 a 40%	2	1
Até 15 ha	40 a 60%	1	-
Total		4	1

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

A maior parte dos agricultores não desistentes das práticas agroecológicas concorda que suas receitas aumentaram com a transição agroecológica. “Os custos não foram tão altos e conseguimos um bom rendimento”. Dentre os quatro entrevistados desistentes, apenas uma ocorrência de aumento na receita. Segundo esse agricultor, as atividades agroecológicas lhe proporcionaram um aumento na renda da ordem de 30%. Os demais não tiveram acréscimo na receita, os projetos agroecológicos se tornam de fato viáveis pelo custo mais baixo de preparação e cultivo, porém, requerem um número muito grande de mão de obra, principalmente para a horticultura. Contudo, observaram que os três agricultores desistentes e que não tiveram acréscimo em suas rendas possuem até 5 ha de terras e o único que obteve os 30% possui 15 ha de terra. Consideram uma variável importante, pois acreditam que se tivessem terras maiores haveria mais diversificação.

Com objetivo de analisarmos a renda traduzida em salários, vejamos como ficou na tabela 17.

Tabela 17 - Faixa de renda (salários mínimos)

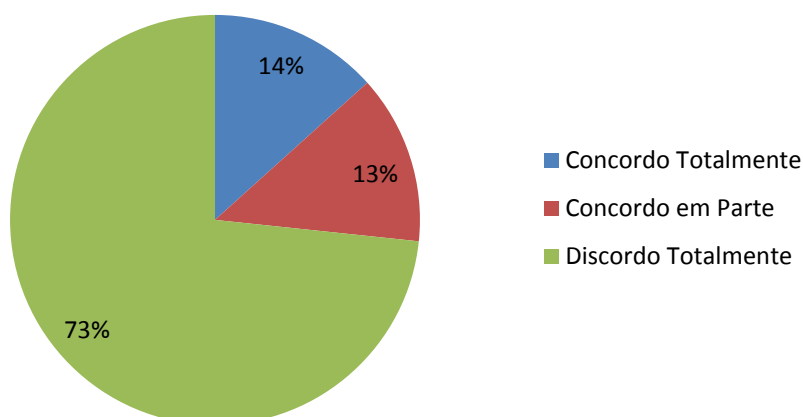
Tamanho da propriedade (ha)	Faixa de renda (salários)	Nº de agricultores (não desistentes)	Nº agricultores (desistentes)
Até 5 ha	Entre 1 e 2 salários	-	2
Até 15 ha	Entre 1 e 2 salários	1	2
Até 15 ha	Entre 2 e 3 salários	3	-
Total		4	4

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

De acordo com as entrevistas, é notória a satisfação dos quatro que trabalham com a agroecologia, pois proporcionam uma maior renda para os produtores. Em contrapartida, os agricultores desistentes afirmam que as práticas requerem mais mão de obra e os salários que recebem não são suficientes para atenderem a demanda.

Outro ponto importante é a comercialização, pois os agricultores que participaram do projeto tiveram seus produtos designados para o PNAE e seus excedentes comercializados na Feira do Produtor Rural, os agricultores que trabalham com a fruticultura sua colheita era designada para o projeto PRAFICAR e seus excedentes vendidos na feira do produtor. Observamos no gráfico 4 que 73% dos agricultores que responderam ao questionário discordam totalmente que possuem um público específico para os produtos agroecológicos.

Gráfico 4 - Os agricultores familiares possuem um público específico para a comercialização dos produtos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Segundo argumenta os agricultores, “os consumidores tem preferência pelos alimentos de melhor aparência externa, como, tamanho, cor, ausência de fissuras e no caso dos agroecológicos, são produtos menores e mais feios”. E mesmo com essas características, a produção agroecológica na feira é a primeira a acabar, pois existe uma demanda grande, apesar dos consumidores quererem pagar o mesmo preço aos demais produtos advindos do cultivo convencional. Os agricultores desistentes afirmam que o aspecto externo dos alimentos agroecológicos é um ponto desfavorável a comercialização, visto que os consumidores preferem os alimentos de aparência melhor e que são de mesmo valor (preço). Alegam que a maior dificuldade de comercialização ocorreu após a troca de gestor da cooperativa, pois assim deixaram de entregar os alimentos para o programa PNAE.

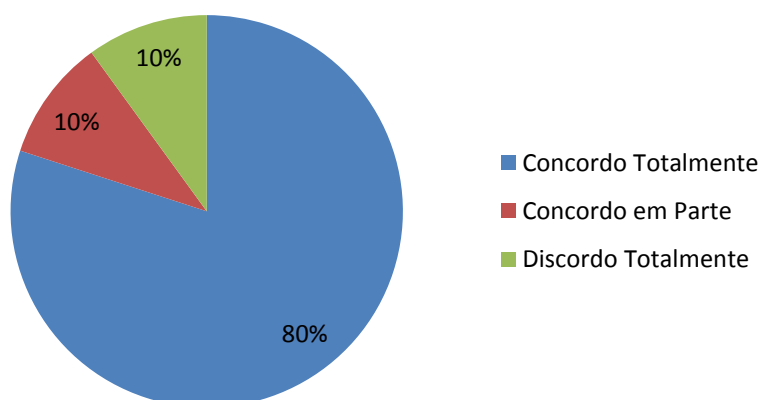
Na ocasião que foram questionados sobre as dificuldades encontradas observaram que no início da transição a maior dificuldade foi o controle de pragas. Sair de um modelo convencional sem o uso do agrotóxico gera algumas dificuldades, mas, a pior delas, o controle das pragas, na ausência de agrotóxicos, recai altamente no manejo (preparação e aplicação de caldas, remoção manual de plantas invasoras, etc.).

Em relação às dificuldades encontradas para dar continuidade ao sistema após os encerramentos dos projetos, todos afirmam que foi o apoio técnico.

Notaram que enquanto os projetos estavam vigentes os agricultores familiares tiveram todo apoio técnico necessário, porém com o encerramento dos projetos, se quisessem o apoio técnico os agricultores pagariam pelas visitas técnicas e muitos deles não se julgavam com condições para manter as visitas. Outro fato importante quanto ao apoio técnico segundo consta, havia alta rotatividade de pessoal e com isso, mudava-se de assistente, sendo que cada um era de um jeito e os tratavam de maneiras diferentes.

Durante a realização dos projetos houve muitos cursos, oferecidos pela UFG, Petrobrás, a cooperativa juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) cursos de manejo, cultivo, cooperativismo, laticínios. Observamos no gráfico 5 que os agricultores concordam em 80% que a cooperativa que trouxe os projetos agroecológicos para a agricultura familiar de Itapuranga.

Gráfico 5 - Foi à cooperativa quem introduziu o projeto de agroecologia junto aos agricultores familiares.



Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A Cooperafi na gestão anterior desenvolveu um papel social junto aos agricultores familiares. Os quatro entrevistados afirmam que a cooperativa teve papel fundamental para a

conquista de liberações do PRONAF e contemplações de projetos financiados pela Petrobrás e outros pela UFG/CNPq. A Cooperafi desde 2010 comercializa seus produtos (frutas, verduras e polpas de frutas) com o PNAE em vários municípios entre eles Goiânia com a Prefeitura Municipal desde 2012. O foco foi voltado ao agricultor familiar, em busca de melhorar sua renda, inseri-lo na sociedade e no mercado. Acolheu os produtores de leite, foi em busca de beneficiamentos, cursos, financiamentos e melhores preços para o pequeno pecuarista. Em janeiro de 2016 a Cooperafi passa pelo processo de mudança de gestor. A cooperativa como muitos afirmaram nas entrevistas e questionários tornou-se uma gestão voltada ao leite. Os agricultores familiares que trabalham com agroecologia se viram excluídos e ressaltaram a troca de gestor como sendo um fator negativo para que continuassem utilizando a agroecologia. A cooperativa continua inserida no PNAE, somente na parte das entregas das polpas de frutas.

Os agricultores desistentes ressaltaram da mesma forma outro fator negativo que foi a gerência dos projetos, disseram que o tempo exigido para os resultados dos dois projetos agroecológicos eram de quatro anos, consideramos o tempo um elemento importante, se fossem a longo prazo, isto é, cinco a seis anos, teríamos o maior número de resultados positivos, pois a teoria é uma coisa e a prática e os resultados bem mais complexos.

De janeiro de 2016 até os dias atuais a cooperativa promove encontros, cursos, palestras, dia de campo, todos voltados à produção leiteira. Quando questionados se a cooperativa possui uma gestão eficiente voltada para os agricultores familiares, podemos observar na tabela 18, que os agricultores e pecuaristas afirmam que sim, no entanto somente entre os que trabalham com agricultura não concordam.

Tabela 18 - Gestão cooperativista participativa e eficiente

Tabela Likert	Atividade principal – Produção	Nº de agricultores não desistentes	Nº agricultores desistentes
Concordo totalmente	Pecuária/Hortaliças/Fruticultura	-	-
Concordo em parte	Pecuária/Hortaliças/Fruticultura	2	3
Discordo em parte	Pecuária/Hortaliças/Fruticultura	0	-
Indiferente	Pecuária/Hortaliças/Fruticultura	-	-
Discordo totalmente	Fruticultura/horticultura	2	1
Total		4	4

Fonte: Resultado da pesquisa, 2017.

Podem observar na tabela 18, que mesmo os produtores que trabalham com ambos os seguimentos concordam que a atual gestão da cooperativa é falha no quesito agricultura e

principalmente no que diz respeito à agroecologia. “A cooperativa ainda não abandonou os agricultores porque têm as polpas de frutas e precisam da nossa colheita para a agroindústria de processamento”, depoimento de um agricultor. Os que concordam em parte exercem os dois segmentos e mesmo assim exigem mais atenção voltada aos seus cultivos. Os agricultores que discordaram totalmente já não fazem parte da cooperativa, por falta de apoio a agroecologia acabaram saindo e afirmam que é uma gestão voltada a pecuária leiteira.

O agricultor que trabalha com o sistema agroecológico se sente encorajado a continuar nesse caminho e aperfeiçoam seus processos mesmo sem o apoio da cooperativa. Desde meados do ano de 2016 esses produtores participam do Projeto Coruja, um projeto agroecológico independente da cooperativa que é presidiado pelo antigo gestor, é uma continuidade as práticas agroecológicas. Do outro lado, os agricultores desistentes das práticas não dão continuidade aos projetos, embora ainda utilizem técnicas que aprenderam a exemplo do uso de biofertilizante e o manejo ecológico de pragas em caráter adicional às práticas convencionais.

Através desses fatos reintegra o porquê desse grupo de quatro agricultores que desistiram dos projetos, apontam o manejo e quantidade de mão de obra exigida como fator determinante não possuem recursos financeiros suficientes, sem boas perspectivas de renda, comercialização, em vista disso, modificar e manter uma prática muito diferente do convencional a médio prazo é desafiador. Mesmo com as desistências observam que os agricultores ficaram mais conscientes sobre as questões ambientais e mesmo que não utilizem completamente os manejos algum aprendizado ficou e serão empregados em suas terras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar goiana encontra-se em constante crescimento, segundo o censo 2006 Goiás possui 67% de estabelecimentos caracterizados como agricultura familiar segundo a lei nº 11.326 cuja finalidade é de reconhecer formalmente este segmento, com o objetivo de ajudar as perspectivas da família rural e adentrar no processo competitivo. Para fomentar esse setor criaram políticas públicas voltadas ao agricultor familiar com várias linhas de crédito para dar subsídios ao pequeno agricultor. O município de Itapuranga possui um percentual de 94% caracterizados como agricultores familiares. Os agricultores em união com a cooperativa conseguiram a maior liberação de crédito rural através do Pronaf no ano de 2006. Como incentivo do governo federal para subsidiar a produção das pequenas propriedades.

A gestão da cooperativa foi do mesmo modo responsável por conseguir viabilizar esses e outros projetos para a agricultura familiar do município. Dessa forma no delineamento do presente estudo, desenvolvem a investigação acerca dos agricultores familiares do município de Itapuranga-GO vinculados aos projetos de transição agroecológica ligados à Cooperafi, nos projetos iniciais intitulados “Projeto Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano” (Petrobrás) e “Criação e estabelecimento de processos agroecológicos no município de Itapuranga, GO” junto ao CNPq e UFG.

A pesquisa em questão tem o objetivo de responder a pergunta norteadora que é o estancamento das práticas agroecológicas e o porquê de apenas quatro famílias terem continuado nos projetos. Apesar da afirmação que “a agroecologia surge como uma ciência capaz de conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade das pessoas nela inseridas”, alguns entrevistados afirmam que a teoria se difere muito da prática. Baseado na luz da teoria sobre transição agroecológica que se deriva do conceito de agroecologia. Caporal e Costabeber (2006) citam o tempo como uma variável específica, um processo gradual que depende da especificidade do agrossistema. No caso analisado, os experimentos agroecológicos foram projetados em um agrossistema sensível resultante de muitas décadas de manejos e processos químicos que degradavam o solo e os ecossistemas. Portanto, pode-se apontar que o tempo, associa a outros fatores e tem sido um fator de estancamento das práticas, e as famílias que utilizam as práticas agroecológicas continuam nesse processo gradual e de interação.

Alguns resultados obtidos através da pesquisa podem responder ao problema em questão e as análises das discussões e resultados restritos as entrevistas.

De acordo com a entrevista é notória a satisfação dos que trabalham com as práticas agroecológicas, os que investiram em mão de obra e assistência técnica e que por sua vez possuía de 15 (ha) a mais de terras concordam que suas receitas aumentaram. Muito embora tivessem dificuldades para dar continuidade aos projetos devido à ausência do apoio técnico após a finalização dos projetos. Durante a execução a assistência técnica foi apontada como um problema devido a muita rotatividade de pessoal e a mudança de assistente, cada um fazia de uma forma e os tratavam de maneiras diferentes.

Os entrevistados afirmam que a cooperativa teve papel fundamental para a conquista e liberações do PRONAF e contemplações dos projetos, foi responsável pela reprodução social desses agricultores familiares e por inseri-los ao mercado produtivo.

Por essa razão, por contarem sempre com o apoio da cooperativa que os agricultores familiares que trabalham com agroecologia se viram excluídos com a atual gestão que praticamente eliminou tais práticas da cooperativa e esse fato foi o que ocasionou a saída de muitos da cooperafi.

Mesmo com tantos percalços o agricultor que trabalha com o sistema agroecológico se sente encorajado a continuar nesse caminho e aperfeiçoar seus processos mesmo sem o apoio da cooperativa.

Em suma, quanto aos quatro agricultores desistentes, pode-se notar que aceitaram fazer parte dos projetos mais pelo recebimento de insumos e assistência técnica gratuita durante a vigência dos projetos do que pela identificação com o modelo agroecológico. Dessa forma, fatores como, manejo, mão de obra, comercialização e recursos financeiros insuficientes pesaram para que desistissem dos projetos. A mão de obra requer muita atenção principalmente em se tratando da horticultura os cuidados são maiores e se tornou muito dispendiosa. Verificamos do mesmo modo que o estancamento das práticas pode ter ocasionado em face ao curto prazo de vigência dos projetos e ao custeio insuficiente para exigir um retorno em curto e médio prazo.

Mesmo com as dificuldades de deixarem um sistema tradicional, para inserir uma nova prática, as quatro famílias que continuam utilizando agroecologia em suas terras afirmam que o projeto foi um sucesso. É difícil mudar o modo pensar e tratar a terra, pois sempre trabalharam com o cultivo convencional. A transição agroecológica deve integrar as dimensões econômicas, sociais e ambientais, com processos mais amplos que levem ao desenvolvimento socioambiental. Através dos projetos de extensão agroecológica é possível ver consolidado e fortalecido os experimentos nessas quatro propriedades e constatar que seus resultados (redução no uso de insumos químicos e agrotóxicos, melhores práticas de manejo e

de cuidado com o solo, etc.) são fatos comprovados do funcionamento dos processos agroecológicos.

Apesar das limitações, a transição desenvolvida em Itapuranga representa um potencial de sustentabilidade da agricultura familiar.

Constatamos que a agroecologia está renascendo nas lavouras de fruticultura e hortaliças do município e o responsável por essa retomada é o projeto Coruja que desenvolve uma produção totalmente voltada a agroecologia. A cooperativa por sua vez, poderia incentivar os que desenvolvem essas práticas, assim como, os desistentes, com novos projetos, mais assistência, cursos e novas tecnologias.

Para tal, torna-se interessante propor uma continuidade desta pesquisa, a fim de aprofundar e analisar os novos projetos através das análises aqui apresentadas. E que essas análises possibilitem outras diversas abordagens acerca dos dados levantados e que porventura não retratou nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1990.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: ANPOCS, 1997.

ABREU, B. S. **Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento regional - o exemplo da COAPECAL**. *Revista de Geografia*, Recife, v.25, n.3, p.72-84, 2008.

_____. **Desenvolvimento regional e cooperativismo – estudo de caso**. *Revista Educação Agrícola Superior*, v.22, n.2, p.13-17, 2007.

http://www.abeas.com.br/wt/files/03_2007.2.pdf. Acessado em 18/12/2017.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

_____. **Agroecologia** - a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. 110 p.

AMARAL F. J. O. **Capital Social como Fator Endógeno do Desenvolvimento**. In: Patrício Antônio Vergara Rojas. (Org.). **Desenvolvimento Endógeno: Um Novo Paradigma para a Gestão Local e Regional**. 01 ed. Fortaleza: IADH - GESPAR, 1996, p.375-409.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do Trabalho Científico** elaboração de trabalhos na graduação. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSIS, R. L. de. **Agricultura e desenvolvimento sustentável**. Cadernos de Ciência e Tecnologia – Brasília, 2003.

BARQUERO, A. **Desarrollos reciente de la política regional**. La experiência europea. In: *Revista EURE*. Santiago de Chile, vol. XXII, n.º 65, jun.1988.

BOISIER, S. **Em Busca do esquivo desenvolvimento regional: Entre a caixa-preta e o projeto político**. USP/ São Paulo, 1997..

BORGES, J. de A.. Experienciando a extensão a partir do curso “Formação política: uma troca de saberes entre a universidade e o campesinato em Itapuranga-GO (2014)”. **Building the way-Revista do Curso de Letras da UEG** (ISSN 2237-2075), v. 5, n. 1, p. 112-123, 2015.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, Lisboa: Difel, 1989.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGS e desenvolvimento sustentável**, Curitiba: UFPR, 1999.

BRASIL. **Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos**. Coord. Antonio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. Brasília: IICA/MAPA/SPA, 2007. (Série Agronegócios, vol.5)

_____. Decreto n. 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Diário Oficial da União, Brasília, n.162, p. 4, 21 ago. 2012. Seção 1.

_____. Decreto-Lei nº 1946, de 28 de junho de 1996. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Poder Executivo, Brasília, DF, 1996.

_____. **Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA, 2004.

_____. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília (DF), 24 jul. 2006.

_____. Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Brasília (DF), 16 jun. 2009.

_____. Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999. **Aprova o Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP**. 1999.

_____. Decreto-lei n. 59, de 21 de novembro de 1966. **Define a política nacional de cooperativismo, cria o conselho nacional de cooperativismo e dá outras providências**. 1966.

_____. Lei complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. 2009.

_____. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. 1971.

_____. Lei nº 8.949, de 9 de dezembro de 1994. **Acrescenta parágrafo ao art. 422 da consolidação das Leis do Trabalho - CLT para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 dez. 1994.

_____. Medida provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998. **Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP, e dá outras providências**. 1998.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação**. Brasília: MAPA, 2006.

_____. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. **Cooperativismo está entre as prioridades do governo para 2013**. Brasília, 26 mar. 2013.

_____. Projeto de Lei do Senado nº 605, de 5 de novembro de 1999. **Dispõe sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional, que compreende as cooperativas e seus 112 órgãos de representação. 1999.**

_____. Projeto de Lei nº 1.439, de 9 de agosto de 1973. **Altera a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e o decreto-lei nº 60, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o banco nacional de crédito cooperativo. 1973.**

_____. Projeto de Lei nº 1.690, de 21 de agosto de 1996. **Altera os artigos 92, 93 e 94 da Lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e da outras providências. 1996.**

_____. Projeto de Lei nº 171, de 25 de março de 1999. **Dispõe sobre as sociedades cooperativas. 1999.**

_____. Projeto de Lei nº 428, de 17 de junho de 1999. **Dispõe sobre as sociedades cooperativas. 1999.**

_____. Lei n.12.188, de 10 de Janeiro de 2010. **Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e extensão Rurl para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária- PNATER e o Programa Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária- PRONATER, altera a Lein. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 jan.2010.

CAMARGOS, N. M.de S.; MOURA, S.da S; MIRANDA, S. do C. de. **Análise dos sistemas agroflorestais implantados em propriedades rurais no município de Itapuranga-Go**. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais, v. 2, n. 1, 2013.

CAMPOS, C. A. **Estruturação do Indicador de Sustentabilidade Dashboard Aplicado à Produção Familiar de Frutas Orgânicas no Município de Itapuranga-Go**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. f.120.

CONTAG- **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura**. Brasília: Convênio MTb/Sefor/Codefat/Contag,1997.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica**. Revista Brasileira de Agroecologia. Vol. 1 Nº 1 Nov. 2006.

CARVALHO, S. P. de. **Agricultura familiar e agroindústria canavieira: Integrações e Contradições**. Dissertação de mestrado – Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008. Rev. Econ. Sociol. Rural; vol.49 nº. 3 Brasília July/Sept. 2011.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E. & MOLINA, M. G. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, 1998. (Tese de Doutorado) Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998. 422p

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. In: VELA, H. (Org.): **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

CAUME, D. J. C. **A Agricultura Familiar no Estado de Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2005.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. Revista Redes, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26 - 44, jan./abr. 2009.

DENARDI, R. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

DE JESUS, P.P. **Transição agroecológica na agricultura familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal**. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 6, n. 11, 2011.

FRANÇA, C.G.; GROSSI, M.E.D.; MARQUES, V. P. M.A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FUKUYAMA, F. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York, The Free Press, 1995.

FAO/INCRA- Organização das nações Unidas para a Agricultura/INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

GALÁN, Á. L.; POHLAN, J. **Agroecologia en el trópico** – Ejemplos de Cuba: la biodiversidad vegetal, cómo conservarla y multiplicarla. Aachen – Deutsche: Shaker Verlag, 2005. 198 p.

GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Ed. Atlas, 2011.

GLIESSMAN, S.. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

_____. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GUANZIROLI, C. H. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

GRAZIANO DA S. J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

HAVERROTH, C; WIZNIEWSKY, J. G. **A Transição Agroecológica na Agricultura Familiar**. 1 ed. Curitiba. Editora, Appris, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 Goiás. Código do município**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação**.

IMB- Instituto Mauro Borges Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Municípios Goianos.

LEITE, S. (org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

LONG, N. **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Wageningen: Wageningen Agricultural University, 1986.

LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.

LONG, N.; PLOEG, J. D.V.D. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure**. In: Booth, D. (Ed.). *Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice*. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos.

MAGALHÃES, R.; BITTENCOURT, G.. Projeto alternativo de desenvolvimento rural. In: CONTAG; **Programa de formação de dirigentes e técnicos em desenvolvimento local sustentável com base na agricultura familiar**. Brasília:Mtb/Sefor/Codefat/Contag, set. 1997.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2011.

MARIN, J.O.B.. **Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica**. Revista UFG, ano XI, n. 7, p. 38-45, 2009.

MARSDEN, T. **Beyond agriculture? Regulating the new spaces**. Journal of Rural Studies, London, v. 3, n. 11, p. 285-96, 1995.

MATOS, G.R; MARIN, J. O.. **Agricultores Familiares e Sistemas de Produção de Frutas em Itapuranga, Goiás**. Revista UFG, 2006.

MATOS, G. R. **Sistema de produção de agricultores familiares fruticultores de Itapuranga – GO**. 2007. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

MENEZES, A. **Nos rumos da cooperativa e do cooperativismo**. Brasília: Confebrás, 2005.

MENEZES, F. A. da F. (coord.) III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: **Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Documento final. 2007.

MEIRELLES, L. **Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais**. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.

MELLO, R. L.de. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**. Artigo acadêmico, curso de engenharia agrícola, UEG, p. 1-8, 2007.

MENDONÇA, K.V; PINHEIRO, J. C.V. **Capital social como fator de desenvolvimento local**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração E Sociologia Rural - SOBER, 46., Rio Branco, 2008. Anais... Brasília: SOBER, 2008. p.1-10

MESQUITA, H. A. de. **Onde estão as flores, as cores, os odores, os saberes e os sabores do cerrado brasileiro?** O agro/hidronegócio comeu! In: Agroecologia: práticas e saberes/ Organizador Marcelo Rodrigues Mendonça. 2ª ed. – Catalão: Modelo, 2012.

MOLINA, M. G.. Algumas notas sobre Agroecologia y política. **Agroecologia**, Mércia, España, v.6, 2011.

NASCIMENTO, F. R.do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NUNES DA SILVA, J. **Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais: o processo inicial no assentamento Chico Mendes III/PE-Brasil**. Revista Brasileira de Agroecologia. Nov. 2009. Vol. 4. Nº 2.

OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Capacitação e aperfeiçoamento para as cooperativas**. 2013.

ONU-BR - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Agências da ONU lançam Ano Internacional das Cooperativas 2012. Brasília, 3 nov. 2011.

PAULUS, Gervásio; SCHLINDWEIN, Sandro Luis. **Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

PEDROSO, M. T. C. **Agricultura Familiar Sustentável: Conceitos, experiências e lições**. 111f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil, 2000.

PENTEADO, S. R. **Implantação do cultivo orgânico: planejamento e plantio.** [s.l.]: Do Autor, 2007.

PINHO, D.B. 1996. **Lineamento da legislação cooperativa brasileira**, Manual de Cooperativismo. v. 3. São Paulo, CNP.

_____. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva; 1977.

_____. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** São Paulo: CNPq, 1982.

_____. **Que é cooperativismo.** São Paulo: Buriti, 1966.

PLOEG, J. D.V.D, et. al. **Rural Development: from practices and policies towards theory.** Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 391-407, 2000.

PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

_____. **Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure.** In: Booth, D. (Ed.). Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

PORTES, A. LANDOLT, P.. **The downside of social capital.** In: The American Prospect. n.º 26, maio/jun.1996.

PRIMAVESI, A. M. **Agroecologia: práticas e saberes.** Conferência de abertura do I Simpósio sobre Agroecologia do Sudeste Goiano, realizado em abril/2007 na UFG/Campus Catalão.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

REDE DE UNIVERSIDADES DAS AMÉRICAS PARA ESTUDOS COOPERATIVOS E ASSOCIATIVOS – UNIRCOOP – Regional Brasil. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: história, cenários e tendências.** Março 2003.

RIBEIRO, D. D. FREITAS, L. F. de. **Agroecologia: realidades e possibilidades produtivas.** In: Agroecologia Práticas e Saberes. Organizador: Marcelo Rodrigues Mendonça. 2ª ed. – Catalão: Modelo, 2012.

RODRIGUES, J. M. **Agroindústrias familiares em Goiás: caminhos e contornos.** 2015. 90f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás- UFG, Goiânia, 2015.

SANDRONI, P. **Dicionário de Administração e Finanças.** São Paulo: Editora Best Seller. 1996.

SCHNEIDER, S. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, fev. 2003.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEBRAE. **Cooperativas: série empreendimentos coletivos**. 2009.

SEGPLAN-GO, **Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás**

SEPLAN. **Secretaria do planejamento e desenvolvimento do estado de Goiás**. Indicadores econômicos estatísticas básicas. Economia & Desenvolvimento: Conjuntura socioeconômica de Goiás. nº 26. abr./jun. 2007.

SEPLAN. **Secretaria do planejamento e desenvolvimento do estado de Goiás**. Indicadores econômicos estatísticas básicas. Itapuranga, polo regional com crescimento econômico sustentável. Economia & Desenvolvimento: Conjuntura socioeconômica de Goiás. nº 24. nov/dez 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **As bases sociológicas**. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, 1., 2001, Botucatu. Anais... CDROM. V.1.

SILVA, E.S. 2000. **O Agronegócio Cooperativo e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**: análise das cooperativas financiadas ligadas ao setor pecuário em Pernambuco entre 1990 e 1998. Recife, UFRPE. Dissertação de Mestrado.

SILVA, R.D. Da. **Pagamento por serviços ambientais no contexto de transição agroecológica: o caso de agricultores familiares de Itapuranga-GO**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás- UFG, Goiânia, 2011.

SOUZA, J. L. de; REZENDE, P.L. **Manual de Horticultura Orgânica**. 2ª ed. Viçosa: Aprenda Fácil. 2006. 843 p.

THEODOROVITZ, M. M. **Um estudo sobre a configuração organizacional de gestão na agricultura familiar no agronegócio em bela vista do toldo inserido na 26ª secretaria de desenvolvimento regional (SDR)**. 2011. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Contestado – UNC, Canoinhas, 2011.

VALENTI, W.C. **Aquicultura sustentável**. In: Congresso de Zootecnia, 12o, Vila Real, Portugal, 2002, Associação Portuguesa dos Engenheiros Zootécnicos. Anais p.111-118.

VEIGA, J.E; ABRAMOVAY, R.; EHLERS, E. **Em direção a uma agricultura mais sustentável**. in: Patrimônio ambiental brasileiro, organizado por Wagner Ribeiro, São Paulo : Edusp/Imesp, 2005. pp. 305-333.

VIEIRA, F. R. **Valoração econômica de quintais rurais—o caso dos agricultores associados à COOPERAFI (Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga-Go).** 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Goiás- UFG, Goiânia, 2009.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. **Administração Estratégica.** São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

--	--	--	--	--	--

*Unidade Produtiva

(A)	(B)	(C)
1 trabalho integral na UP	1 casado	1) nunca estudou
2 trabalho parcial na UP	2 solteiro	2) apenas lê e escreve
3 trabalho integral fora da	3 viúvo	3) 1ª a 4ª completo
4 trabalho parcial fora da	4 divorciado/	4) 1ª a 4ª incompleto
5 trabalha na UP e estuda	desquitado	5) 5ª a 6ª completo
6 somente estuda	5 outro	6) 5ª a 6ª incompleto
7 não trabalha por motivo de saúde		7) 2º grau completo
8 desempregado		8) 2º grau incompleto
9 criança menor de 8 anos		9) superior completo
10 outro		10) superior incompleto

2.1. Os que estudam, estudam onde?

3. Existe algum membro da casa que trabalha com atividade não agrícola**?

1 () Sim 2 () Não

** atividades que não estão diretamente envolvidas com a produção animal e vegetal, nem com a sua transformação.

4. Qual a renda mensal da família? _____

5. Quanto dessa renda é agrícola? _____

6. Possui algum financiamento do Governo Federal?

1 () Sim 2 () Não

6.1. Se sim. Qual? _____

7. Qual religião pratica?

1() católico 2() Protestante 3() Espírita 4 () Outros

7.1 Participam da Pastoral da Terra?

1 () Sim 2 () Não

ROTEIRO TIPO II- UNIDADE RURAL

II. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE RURAL

8. Localização:_____

8.1 Distâncias da sede do município de Itapuranga:

1 () até 5km 2() 6 a 10 Km 3 () 11 a 15 km 4 () 16 a 20 Km 5() mais de 20km

9. Área de Reserva Legal:_____

10. Condição do produtor:

1() meeiro 2() arrendatário 3() proprietário de terras 4() outras.

Qual?_____

11. Quais são as benfeitorias existentes na propriedade?

Especificações	Quantidade
1() açude	
2() aviário	
3() pocilga	
4() estábulo	
5() galinheiro	
6() poço artesiano	
7() silo	
8() galpão	
9() curral	
10() poço	
11() represa	

11.1 Qual o principal meio de transporte utilizado pela família?

1() Automóveis 2() Moto 3() Transporte Rural () Outros

11.2 A qualidade das estradas que atendem a propriedades são boas.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

12. Qual o número de animais na propriedade?

1() Ovinos 2 () Caprinos 3 () Bovinos 4() Suínos 5 () Equinos

12.1 Trabalha com a produção de leite ou apenas agricultura?

1 () Sim 2 () Não 3 () Ambos

13. Principais atividades produtivas do último ano agrícola:

Atividades	Quantidade Produzida	Destino			
		Comércio		Auto-consumo	Consumo animal
		Quantidade	Valor/unidade		
1 Milho					
2 Feijão					
3 Mandioca					
4 Sorgo					
5 Maracujá					
6 Mamão					
7 Banana					
8 Hortaliças					
9 Leite					

13.1. A comercialização dos produtos é feita pela cooperativa.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4() Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

14. Existe mão de obra contratada?

1() Sim 2() Não

14.1. Caso exista, qual a quantidade e a frequência? _____

15. Os agricultores familiares possuem uma diversificação de atividades?

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4() Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

Quais as outras atividades?

16. Nos últimos 3 anos, quais foram os investimentos realizados?

Tipos de investimentos	Valor em R\$
1() aquisição de terras	
2() aquisição de veículos	
3() aquisição de equipamentos ou máquinas	
4() aquisição de terreno na cidade	
5() reforma da casa da propriedade	
6() construção ou reforma das benfeitorias da propriedade	
7() outros	

17. O município apresenta problemas ligados à atividade agrícola.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

ROTEIRO III- PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

III. ASPECTOS AGROECOLÓGICOS

18. A Família trabalha com o projeto de reestruturação através das práticas agroecológicas de produção de hortaliças e frutas?

1() Sim 2 () Não

Se sim, há quanto tempo? _____

19. Assinale quais as técnicas agroecológicas utilizadas na propriedade.

Adubação verde	1 () Sim	2 () Não	3 () Outras, quais?
Adubação Orgânica	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Adubação Mineral	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Defensivos Naturais	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Compostagem sólida	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Biofertilizante Líquido	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Plantas recuperadoras	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Rotação de culturas	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Consortiação	() Sim	() Não	() Outras, quais?
Pastoreio racional	() Sim	() Não	() Outras, quais?

20. A produção agroecológica pode ser um meio de geração de renda para a agricultura familiar.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

21. Conhece a certificação para produtos orgânicos?

1 () Sim 2 () Não

21.1 Possuem o selo de certificação de produtos orgânicos?

1 () Sim 2 () Não

22. Recebe assistência técnica de algum órgão de Estado ou de classe?

1 () Sim 2 () Não

23. O projeto é financiado por alguma entidade? Se sim qual?

1 () Sim 2 () Não

Qual? _____

24. Você conhece algum incentivo do(s) Governo(s) para projetos agroecológicos?

1 () Sim 2 () Não

Qual? _____

25. Quais as principais dificuldades encontradas para a implantação da produção orgânica?

1 () Controle de pragas 2 () Obtenção do adubo orgânico

3 () Apoio técnico 4 () Comercialização dos produtos

4 () Outros. Quais? _____

26. Como é realizada a colheita?

1 () Manualmente 2 () Máquinas Próprias 3 () Outros, quais? _____

27. Participou de algum curso ligado a agroecologia voltada para os agricultores familiares?

1 () Sim 2 () Não

Quais? _____

28. A produção orgânica aumentou a receita de vendas da propriedade.

1 () Concordo totalmente 2 () Concordo em parte 3 () Indiferente 4 () Discordo em parte

5 () Discordo totalmente.

29. Vocês tiveram muitas dificuldades com a mudança do tradicional para a produção agroecológica.

1 () Concordo totalmente 2 () Concordo em parte 3 () Indiferente 4 () Discordo em parte

5 () Discordo totalmente.

Quais as principais dificuldades encontradas?

30. Os agricultores familiares possuem um público específico para a comercialização dos produtos.

1 () Concordo totalmente 2 () Concordo em parte 3 () Indiferente 4 () Discordo em parte

5 () Discordo totalmente.

31. Utilizam fonte própria para o abastecimento da água?

1 () Sim 2 () Não

32. Existe produção irrigada?

1 () Sim 2 () Não

Quais são as fontes? _____

ROTEIRO IV- A COOPERATIVA (COOPERAFI)

IV. ASPECTOS GERAIS/ GERENCIAMENTO

33. Foi à cooperativa quem introduziu o projeto de agroecologia junto aos agricultores familiares.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

34. Há necessidade de um planejamento a longo prazo para a realização e sucesso do projeto.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

35. A cooperativa promove encontros com outros agricultores para discutirem sobre suas necessidades.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

35.1 Com qual frequência? _____

36. A Cooperativa oferece cursos e assistência para as famílias associadas.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

37. A cooperativa desenvolve uma gestão eficiente e voltada para os agricultores familiares.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

38. Concorda que a mudança de gestão na cooperativa provocou o estancamento das práticas agroecológicas.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

39. Há riscos financeiros levantando a receita e o custo para a produção e comercialização de orgânicos.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

40. A mudança de gestor afetou os agricultores que utilizam as práticas agroecológicas.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

41. A cooperativa com sua atual gestão é participativa e atuante junto aos agricultores familiares.

1() Concordo totalmente 2() Concordo em parte 3() Indiferente 4 () Discordo em parte
5() Discordo totalmente.

ANEXO II

Foto1 – Produtores agroecológicos do Projeto Coruja



Fonte: Autora

Foto 2 – Produtor Agroecológico Projeto Coruja



Fonte: Autora

Foto 3 – Produtos Agroecológicos



Fonte: Autora

Foto 4 – Horta Agroecológica



Fonte: Projeto Coruja

Foto 5 – Estufa de Hortalças Agroecológicas



Fonte: Projeto Coruja

Foto 6 – Produtos Agroecológicos do Projeto Coruja



Fonte: Autora

Foto 7- Produtos de Cultivo Convencional



Fonte: Autora

Foto 8- Produtos de Cultivo Convencional



Fonte: Autora

Foto 9 – Hortaliças Agroecológicas



Fonte: Autora

Foto 10 – Produtos Agroecológicos



Fonte: Autora

Foto 11 – Mamão Cultivo Convencional



Fonte: Autora

Foto 12 – Mamão Sistema Agroecológico



Fonte: Autora

Foto 13 – Produtos Agroecológicos Projeto Coruja



Fonte: Autora

Foto 14 – Mamão, Banana e Hortaliças Sistema Agroecológico



Fonte: Autora

Foto 15 – Hortaliças do Sistema Agroecológico



Fonte: Autora

Foto 16 – Hortaliças Cultivo Convencional



Fonte: Autora

Foto 17 – Produtos Agroecológicos



Fonte: Autora

Foto 18 – Produtos Agroecológicos



Fonte: Autora